

**Universidade de Brasília**  
**Instituto de Ciência Política**  
**Bacharelado em Ciência Política**

**ANA CAROLINA SIQUEIRA MATOS**

**Substituição de candidatos a Prefeito por seus parentes e a Lei da Ficha Limpa –  
Um estudo de Caso**

**Brasília**  
**2015**

**ANA CAROLINA SIQUEIRA MATOS**

**Substituição de candidatos a Prefeito por seus parentes e a Lei da Ficha Limpa –  
Um estudo de Caso**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade de Brasília como exigência  
parcial para obtenção do título de bacharel em  
Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Danusa Marques.

**Brasília**

**2015**

## **Agradecimentos**

Muitas pessoas estiveram próximas a mim durante toda trajetória acadêmica da graduação em Ciência Política pela Universidade de Brasília que culminou na produção dessa monografia e agradeço de coração por todo suporte que recebi ao longo do percurso. Contudo, é necessário apresentar agradecimentos especiais a certas pessoas: Primeiramente aos meus pais, Maria Ivete e Benedito Erivaldo, pois sem eles nunca teria conseguido alcançar o sonho que é fazer faculdade na UnB – obrigada pelo apoio financeiro, emocional durante toda minha criação, desde minha infância até presente momento. Também muito gostaria de agradecer à orientadora dessa monografia, professora Danusa Marques, pela incrível orientação, pela abertura a troca de ideias na produção desse trabalho – você foi uma professora que tive contato desde o início da graduação, em introdução à Ciência Política, e que por fim veio a me orientar e muito acrescentou na minha formação. Por fim, gostaria de agradecer também aos amigos que conheci ou me aproximei mais na UnB, como a Kimberly Anastácio, a Mariana Cartaxo, a Suellen Batista, Isadora Araújo entre tantos outros – espero que nossa amizade se estenda por um limite indefinido de tempo.

## **Resumo**

Essa monografia discorre sobre os casos de substituição de candidatos que desistiram das eleições de 2012 às prefeituras e colocaram em seu lugar parentes para concorrer ao citado pleito. Buscou-se levantar onde os casos ocorreram, qual grau de parentesco, se os substitutos obtiveram êxito eleitoral, entre outras informações.

**Termos-chave:** Substituição, ficha limpa, eleições municipais, prefeituras, participação feminina na política.

## Sumário

Introdução .....	1
Metodologia .....	3
Referencial Teórico .....	5
<b>Lei da Ficha limpa e a Democracia Brasileira</b> .....	5
<b>Carreiras políticas e Relações Familiares</b> .....	15
<b>Participação feminina na Política</b> .....	23
Análise dos dados .....	30
<b>Apresentação das Hipóteses iniciais</b> .....	30
<b>Apresentação dos dados e análise dos mesmos segundo as hipóteses</b> .....	33
Conclusão .....	45
Referências bibliográficas .....	47
Anexos .....	50

## Introdução

Dentre as mudanças significativas ocorridas recentemente no processo eleitoral brasileiro, se encontra a alteração feita via da Lei Complementar 135 de 2010 na Lei das Condições de Inelegibilidade, o que ficou conhecido pela população como “Lei da Ficha Limpa”. Fruto de uma iniciativa popular que buscava tornar o processo eleitoral mais idôneo, em 2010 foi aprovada e sancionada a LC 135/2010, que torna inelegível por oito anos qualquer candidato que tiver o mandato cassado, renunciar para evitar cassação ou for condenado por órgão colegiado da Justiça por ato doloso de improbidade administrativa. Em 2012, a mesma passou a ser efetivamente aplicada ao deferimento ou não das candidaturas e os primeiros efeitos causados por ela são sentidos.

Como toda alteração relevante de um sistema, nem todos impactos que ela causou foram previstos. Esse é o caso do fenômeno específico causado por essa lei analisado nesta monografia: impedidos de se candidatar porque foram considerados “ficha suja” pelos tribunais eleitorais, no pleito de 2012 muitos candidatos à prefeitura decidiram renunciar da candidatura e foram substituídos por familiares para concorrer ao cargo de prefeito/a na eleição. Já no ano de 2010, no Distrito Federal, houve um primeiro caso precursor desse fenômeno, em que o candidato a governador indicou sua esposa e, na eleição de 2012, esta prática já havia se espalhado pelo Brasil – só não foram registrados casos no Mato Grosso do Sul e em Roraima, em todas as outras unidades da federação foi encontrado ao menos um exemplo dessa situação.

Dos 964 candidatos considerados inaptos a concorrer à eleição, foram levantados 159 casos de substituição do concorrente original por algum familiar (esposas, maridos, filhos, filhas, entre outros). Em aproximadamente 43% dos casos houve sucesso eleitoral do/a substituto/a, o que não é um fato ignorável, levando-se em consideração que até depois da eleição de 2012 ainda não havia uma legislação sobre qual seria o prazo máximo para as substituições e alguns dos/as concorrentes entraram em último momento na disputa, ou seja, não tiveram tempo hábil para uma campanha propriamente dita.

O interesse em estudar as candidaturas em nível municipal se dá tendo em vista que o campo acadêmico da Ciência Política brasileira tem sua produção muito

focada no âmbito nacional/federal da política do país. Quase toda discussão sobre partidos políticos, carreiras e representação é feita com base em observações sobre Câmara dos Deputados, Senado Federal e corrida Presidencial, enquanto as esferas subnacionais da política são bem menos investigadas - há certa produção acadêmica sobre conselhos e outras formas de participação local, mas quase nada sobre o executivo e o legislativo em nível municipal (LOPEZ, 2004 e SPECK, 2013). Buscando preencher uma lacuna no estudo sobre a dinâmica política existente nos municípios, ao mesmo tempo em que analisa um novo fenômeno político, fruto de uma mudança institucional, essa monografia analisará o fenômeno de substituição de candidaturas em consequência da aplicação da LC 132/2010.

Apresentando de forma mais específica essa monografia, ela se propõe a buscar e analisar dados sobre os casos de renúncia de candidatos/as que foram substituídos por seus parentes para concorrer às eleições para as prefeituras em 2012 – o que nos leva a considerar que esta foi uma forma de manter sua influência (ou, mais amplamente, influência de sua família) em seu reduto eleitoral. Serão buscados dados das localidades em que os casos ocorreram, o grau de parentesco, o sucesso eleitoral dos/as substitutos/as, os partidos que estiveram envolvidos e a porcentagem de votos que o/a substituto/a obteve, com o objetivo de caracterizar e compreender esse fenômeno.

## Metodologia

Para essa monografia, o primeiro passo foi o levantamento, por meio de pesquisa bibliográfica, do que já existe de produção na área da ciência política sobre a questão de carreiras políticas e sobre eleições municipais, a exemplo dos artigos produzidos por Miguel e Queiroz (2006), Batista (2011) e Brambor e Ceneviva (2012). Isso serviu para a construção de hipóteses e definição de variáveis para a criação de categorias de classificação para os dados da pesquisa.

Após isso, foi feito o levantamento do número total de casos que se encaixam no perfil definido para a pesquisa (parentes que substituíram os candidatos eleitorais originais na campanha eleitoral para governador) e construído um banco de dados com base em pesquisa documental. Foram analisadas informações publicadas em sites oficiais do governo, como o TSE – a fonte primária de informações sobre candidaturas e sucesso eleitoral é o próprio sistema de estatísticas do órgão e o DivulgaCand. As relações de parentesco foram obtidas primeiramente pelas certidões fornecidas pelos próprios candidatos na documentação exigida para candidatura e, posteriormente, também por informações coletadas em blogs, sites de notícias, jornais e similares.

Após levantados todos os casos em que se mostra o fenômeno a ser observado, foi feita uma análise do conjunto da informação coletada. Tudo que foi coletado foi analisado, explorado e tratado por via do Excel. A tabela de dados coletados se encontra nos anexos dessa monografia.

É com base nessas informações que se fez um levantamento de quais características e trajetórias os parentes que entraram na política por essa via têm, segundo um conjunto de categorias. Buscaram-se informações sobre se o parente tem família na política, se já ocupou previamente algum cargo eletivo, a sua idade, a sua profissão, por qual partido o substituto e o candidato original concorreram, se foi obtido sucesso eleitoral, entre outros dados relevantes para a composição do perfil – basicamente as variáveis trabalhadas foram as seguintes: Sexo do candidato e do



substituto, parentesco, município onde ocorreu a substituição, região onde ocorreu a substituição, se o substituto ganhou a eleição, estado, filiação partidária (substituto e candidato original), coligação à que pertenciam os candidatos, porcentagem de votos recebida, porte do município, qual o IDH do município, se o candidato substituto teve candidatura anterior, se ganhou eleições anteriores, se possuiu cargos eletivos anteriores, em que eleições obteve sucesso eleitoral (se concorreu alguma anteriormente), qual a profissão e montante de bens declarados pelo substituto.

## Referencial Teórico

### **Lei da Ficha limpa e a Democracia Brasileira**

O Brasil vive hoje sobre um regime político democrático. Dito isso, antes de se prosseguir com qualquer discussão de fato, é importante ressaltar que o conceito de “democracia” dentro do âmbito da Ciência Política não é de único significado<sup>1</sup> - há uma ampla discussão teórica sobre o que é ou como deveria ser uma Democracia. No entanto, denominar de democrático o atual regime político brasileiro dentro do contexto dessa monografia, a princípio, significa afirmar que o atual regime se enquadra dentro de quatro critérios oferecidos por Cheibub e Przeworski (1997) em seu texto “Democracia e Responsabilidade Pública”, sendo eles:

“ (1) o chefe do executivo é eleito (direta ou indiretamente); (2) o legislativo é eleito; (3) mais de um partido compete em eleições e (4) partidos no poder já perderam eleições no passado e cederam o comando do governo, ou o farão no futuro” (CHEIBUB e PRZEWORSKI, 1997)

Ao poder ser classificado como democracia, toda discussão sobre qualidade e real adesão da população ao regime político é válida para o Brasil. Há poucas décadas, o país deixou de viver sobre uma ditadura para passar a figurar, como boa parte do mundo, na lista de países Democráticos. Uma grande dúvida ainda existente acerca da política brasileira atual seria sobre sua consolidação, o quanto ela realmente está arraigada na sociedade e se ele se aproxima daquilo que alguns autores, principalmente os cientistas políticos estrangeiros, consideram como “democracias desenvolvidas”. Seria o Brasil um país que ainda vive sobre uma lógica política mais tradicional ou teria ele se modernizado e se assemelharia a outras democracias já consolidadas no mundo? Como pensar essa questão do desenvolvimento da democracia associada à mudança política que a existência da lei da Ficha Limpa trouxe? Essas são perguntas que esse capítulo trabalhará.

---

<sup>1</sup> Para maiores detalhes sobre teoria democrática, as várias vertentes para conceituação e construção do conceito de Democracia, vide “Teoria democrática atual: esboço de mapeamento” de Luis Felipe Miguel, publicado na Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais nº 59, de 2005.

Para melhor tratar esse assunto, é importante trazer o debate sobre o que seriam democracias bem consolidadas e democracias ainda em consolidação, essas últimas normalmente fruto de um processo político mais recente. É bastante comum nos dias de hoje a tentativa de comparação entre regimes políticos de países que teoricamente possuem uma maior tradição de regime democrático e países que apenas mais recentemente assim se tornaram – seja após passarem por períodos de autoritarismo político, . Para esses dois “tipos” diferentes de democracia, cientistas políticos esperaram ou que diferentes comportamentos culturais permeiem as práticas dos cidadãos ou que as instituições políticas desses países de diferente tipo se apresentem de forma díspar – haveria instituições mais democráticas em países desenvolvidos.

Como aponta Moisés (2008), há duas principais vertentes de pensamento dentro do campo da Ciência Política na abordagem sobre a prática democrática: uma delas se foca na compreensão de como os cidadãos passaram a adotar a democracia como regime político. A outra estuda como instituições são importantes tanto no processo de democratização como de manutenção de um regime político democrático.

A primeira vertente seria o campo dos estudos da “Cultura Política”, representado por autores como Almond, Verba, Putnam e Eckstein, que indicam o processo de socialização e imersão dentro de uma determinada cultura extremamente importante para compreensão de como a Democracia se consolida (ou não) como regime democrático nos países. Segundo esta visão, a forma como as pessoas se envolvem com a vida política é mediada por valores sociais construídos e repassados na sociedade – o que pode explicar tanto a modernização de regimes políticos, quando os valores mudam para valores cívicos mais “modernos”, ou então pode-se permanecer preso a um tradicionalismo político quando esses se mantêm arraigados em práticas mais tradicionais (PUTNAM, 1993 e ALMOND & VERBA, 1963).

A segunda vertente, por outro lado, ao invés de enfatizar especificamente a análise do comportamento dos indivíduos ou dos grupos sociais tendo em vista sua formação cultural, escolhe avaliar a consolidação ou não de um regime democrático a partir de dados sobre sua institucionalização: como são as eleições, como se dá a divisão de poder entre os entes componentes dos Estados e entre os três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), tentando tratar essas mesmas instituições como fruto de decisões de atores racionais nela envolvidos (Coleman, 1990; North, 1990; Hetherington, 1998; Norris, 1999; Braithwaite e Levi, 1998 *apud* Moisés, 2008).

Cabe ressaltar que essas vertentes de análise para estudar Democracia e sua consolidação não são exatamente excludentes entre si e ambas as linhas de pensamento oferecem *insights* importantes na compreensão dos regimes políticos do mundo real (MOISÉS, 2008:18). Nenhuma das duas vertentes consegue no fim abarcar exatamente o que faz uma democracia consolidar, só apresentam pontos importantes a serem observados sobre o assunto.

Isso porque, como o próprio Inglehart e Welzel (2003) apontam, a democracia não pode ser somente um conjunto de boas regras institucionais ou mesmo ser um regime político sustentado com base em um apoio cultural superficial. A democracia, segundo esses autores, é uma construção normativa que se sustenta em uma visão específica de natureza humana, em que autonomia e emancipação são os valores mais importantes (INGLEHART, WENZEL, 2003: 42). Segundo eles, não existe democracia sem instituições ou uma cultura que não sejam fundamentalmente permeadas por valores que defendam essa liberdade. Partindo desse ponto de vista, haveria países que são democracias eleitorais porque seus líderes são eleitos por via de eleições, mas isso não necessariamente significa que existe nesses lugares de uma verdadeira democracia consolidada.

Seguindo outro texto dos mesmos autores, existem sociedades mais desenvolvidas e menos desenvolvidas – e os valores políticos existentes em cada um dos casos de desenvolvimento diferem radicalmente. Essa afirmação é baseada em uma teoria chamada “teoria do desenvolvimento humano”, que assume que o desenvolvimento socioeconômico das sociedades leva a mudanças nos sistemas de crenças, nos valores e nas instituições nelas existentes. À medida que as sociedades se desenvolvem, mais humanistas elas ficam e mais os valores de defesa da liberdade e de auto-expressão são defendidos pelas pessoas; se tornam mais fortes demandas relacionadas às liberdades políticas e civis, à igualdade de gênero, à responsividade do governo perante a população, à manutenção de instituições que defendam esses valores, entre outras, o que faz com que seguir um regime político realmente democrático seja um caminho visto como natural a ser adotado pelos países já desenvolvidos (INGLEHART e WELZEL, 2005: 2)

Para elaborarem seu ponto de vista sobre teoria da modernização, mudança cultural e democratização, Inglehart e Welzel utilizaram dados coletados por um grande projeto de *survey*, o *World Values Survey*. Essa é uma pesquisa feita desde a década de 80 em vários países, cujas questões tentam captar justamente valores e crenças de

pessoas ao redor do mundo. Dentre os pontos de análise, ela busca verificar o apoio a democracia, tolerância a minorias (diferentes grupos étnicos, estrangeiros), a equidade de gênero, entre outras questões, e assim tenta correlacionar os valores a forma como as diferentes sociedades se organizam.

Segundo eles, somente algumas sociedades pós-industriais tinham alcançado um mais alto nível de desenvolvimento humano. Outras nações não teriam chegado a esse ponto e o mundo, como um todo, não seria homogêneo na defesa de valores que os dois autores defendem como valores democráticos. Democracias plenamente desenvolvidas existiam em países que já têm alto nível de desenvolvimento humano e poderiam passar a existir em outros lugares caso mudança cultural, vista por eles como desenvolvimento, ocorresse.

Obviamente todo debate existente dentro do campo da ciência política sobre desenvolvimento humano e seu impacto sobre a vida democrática dos países não pode ser aceito isento de uma análise crítica. No contexto dessa monografia, é importante ressaltar que a construção do próprio conceito de desenvolvimento humano é muito centrado na trajetória histórica e social dos países do Norte global, principalmente Europa e Estados Unidos. Esses países são tomados como modelos de democracias consolidadas existentes no mundo, como pontos de referência de bons valores sociais e políticos, enquanto o restante das nações— mesmo que isso não seja colocado de forma explícita ao se utilizar pensadores dessa linha para análises sociais — deve almejar alcançar o mesmo patamar desses países para ser considerado desenvolvido.

De igual forma, é necessário ressaltar que essa teoria sobre desenvolvimento político democrático foi construída em um contexto otimista em relação à possibilidade de propagação da Democracia como regime político pelo mundo, a ponto de um autor como Francis Fukuyama afirmar que se havia chegado ao final da história — para ele, com o fim dos regimes soviéticos, a democracia seria o destino dos países (FUKUYAMA, 1992). Alguns pensadores que observaram a queda de regimes autoritários após o final da guerra fria acreditavam que a partir do momento que as populações se organizassem e buscassem pela democratização da política em lugares sob regimes autoritários ela ocorreria — bastaria surgir alguma abertura política para tal ação. Essa visão, segundo Levisty e Way (2015) tem sua origem em experiências de democratização “bem-sucedidas” ocorridas primariamente na América Latina e na Europa Central.

No entanto, ao se fazer uma análise mais cuidadosa da situação, não se pode dizer que os regimes autoritários existentes no mundo pós-guerra fria eram desmantelados por uma vontade interna da população pela democratização nos casos em que caíram. Levisty e Way defendem que, mais importante que a organização interna, a causa da queda desses regimes deve ser correlacionada a fatores bem específicos do cenário geopolítico e econômico existentes no início da terceira onda de democratização do mundo (1974-89); seriam esses fatores: forte crise fiscal/econômica, o que retiravam de autocratas recursos necessários para a manutenção de seu poder político, Estados fracos e/ou em colapso, em função do fim do financiamento econômico e do apoio político por parte dos Estados Unidos e Rússia (antiga União Soviética) para esses países autoritários e, por fim, pressão internacional pela democratização exercida pelos Estados Unidos e por novos atores que ascendiam em relevância no cenário político internacional com o fim da divisão bipolar do poder e o surgimento de uma ordem multipolar internacional (LEVISTY e WAY, 2015: 49-50).

Todos esses fatores faziam com que os regimes autoritários entrassem em crise dentro desse cenário específico e, em alguns casos, o espaço político por eles deixado deu origem a democracias, mas isso não seria um processo automático. Para exemplificar isso, Levisty e Way citam que uma das possibilidades existentes com a queda de um grupo de autocratas é o simples surgimento de um outro regime autoritário – e foi exatamente isso que ocorreu em lugares da África, da Ásia e na própria Europa – exemplificado usando os casos do Serra Leoa, Azerbaijão e Geórgia (LEVISTY e WAY, 2015: 50-51). A partir do momento em que o cenário político e econômico mundial passa por mudanças que tornam a existência de regimes políticos autoritários mais viável novamente (por volta dos anos 2000, segundo Levisty e Way), eles conseguem se manter e mesmo uma vontade por democracia da população não consegue derrubá-los – em outras palavras, a democracia não seria um caminho que naturalmente será seguido com o passar do tempo.

Trazendo o debate sobre consolidação, valores políticos e legitimidade da democracia para o âmbito da América Latina, quatro autores – Rennó, Smith, Layton e Pereira - no livro “Legitimidade e Qualidade da democracia do Brasil” apontam que essa região do continente está atualmente sobre uma posição ambígua em relação aos seus regimes políticos: a própria crença da população nos regimes democráticos existentes parece ter erodido, mas ao mesmo tempo na América Latina em geral ainda mantém instituições democráticas - eleições são livres, ocorrem como o previsto, houve

alternância no grupo no poder desde o fim do período de regimes autoritários nos países. A existência dessa ambiguidade causa turbulências no universo político latino-americano – projetos políticos conflitantes concorrem entre si dentro da esfera pública e as instituições não se mantêm totalmente estáveis, por exemplo.

Dentre as mudanças institucionais que vêm ocorrendo especificamente no caso brasileiro, uma que pode ser citada é justamente a que gerou o fenômeno de substituição de candidatos/as estudado por essa monografia. No Brasil criou-se uma lei – Lei Complementar 135/ 2010 - que caça os direitos políticos por oito anos de uma pessoa em algumas situações, a exemplo de: tenha o mandato político cassado, renuncie para evitar cassação, for condenado por órgão colegiado da Justiça por ato doloso de improbidade administrativa, for excluído do exercício da profissão por decisão do órgão profissional competente, que desfez ou simula ter desfeito vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, foi exonerada de serviço público em decorrência de processo administrativo ou penal, ou responsável por doação ilegal para campanhas eleitorais.

Ao trazer mudanças para a Lei de inelegibilidade (Lei Complementar 64/1990), o objetivo da Lei Complementar 135/2010 teria sido melhor filtrar os candidatos a cargos políticos dentro do Brasil, tornando assim a prática da política mais “moral” dentro do país e coibindo ações corruptas dentro da esfera pública. É uma lei que teve origem no uso de um mecanismo democrático semi-indireto previsto pela Constituição Federal de 1988 – a Proposição de Iniciativa Popular – em que pelo menos 1% do eleitorado nacional disperso em ao menos cinco diferentes estados (com mínimo apoio de 0,3% dos eleitores de cada um dos estados onde estiverem espalhados) deve demonstrar seu apoio à proposição participando de uma coleta de assinaturas.

A lei passou a existir no país porque parte da própria população enxerga como necessária a instituição de um mecanismo jurídico que combatesse más práticas políticas no próprio ato da candidatura para cargos eletivos. Na população há desconfiança em relação a políticos e grupos tradicionais que se mantêm no poder – isso se torna mais claro ainda quando observado que, existindo quatro leis efetivas hoje que são fruto de Proposição de Iniciativa Popular, uma outra é justamente um dispositivo que coíbe a compra de votos<sup>2</sup>. Ambas as proposições de iniciativa popular – e posteriormente leis – buscavam combater práticas dentro da política brasileira que

---

<sup>2</sup> <http://www.politize.com.br/leis/4-projetos-de-iniciativa-popular-que-viraram-leis/>

estariam associadas à percepção de más tradições culturais disseminadas no país, ligadas à corrupção.

Dentro do contexto das teorias sobre desenvolvimento democrático, a LC 135/2010 pode ser vista como um mecanismo de modernização da política brasileira ao tentar tornar mais transparente para o eleitorado o processo eleitoral. Afinal, ela é uma forma institucional de lidar com problemas relacionados à corrupção existentes no cenário político do país. Por outro lado, essa lei também é fruto de uma visão específica sobre a cultura política brasileira – em que se acredita que os políticos facilmente se aproveitam de seus cargos para obter benefícios próprios e que, para se combater isso, de alguma forma deve haver um filtro que impeça candidatos corruptos de lançar candidaturas nas eleições.

Essa visão negativa sobre a cultura política do Brasil é congruente com a visão de certos pensadores sociais bastante difundidos dentro da academia brasileira - a exemplo de Raymundo Faoro, Victor Nunes Leal, José Murilo de Carvalho. Um ponto em comum entre os vários acadêmicos que versam sobre a organização da sociedade brasileira, como aponta Frederico Lustosa da Costa (2009), é que eles correlacionam a formação histórica do Brasil – o processo de colonização, a formação do Estado após a independência- a uma não total modernização do país. Vários são os nomes para se falar sobre facetas tradicionais do poder que se mantêm no Brasil mesmo com sua modernização - patrimonialismo, mandonismo, personalismo (COSTA, 2009: 165). Analisando o processo de construção da política brasileira, pode-se dizer que houve uma acomodação seletiva de valores e instituições modernas no processo de modernização. O país se desenvolveu economicamente e socialmente, mas não se poderia compreender bem como se deu o processo de modernização do mesmo sem levar em consideração as imagens simbólicas ligadas à visão desses pensadores que apontam a existência de traços tradicionais dentro da política brasileira (COSTA, 2009)

Uma das justificativas dadas pelos próprios militares para justificar a existência do período autoritário no país, entre 1964 e 1985, segundo Frances Hagopian (2007), era o desejo dos mesmos de reformular a maneira como a política era (mal) conduzida – clientelismo político, desvio de recursos, alocação ineficiente de verbas, corrupção e outras más ações que serviam para políticos construírem suas próprias carreiras eram vistas como entraves para o desenvolvimento do país. Como solução para tal problema, tentou-se centralizar as decisões políticas no poder executivo federal – que os militares dominavam – e elites políticas locais seriam submetidas à autoridade dos



autocratas. Com isso, finalmente se criaria uma política dominada por agentes que pensassem em nível nacional, não local.

Analistas da política brasileira, como Lamounier, acreditavam que o período autoritário significara a redução do poder das elites tradicionais antes de observar com devido distanciamento o processo de democratização brasileiro – além de associar o processo de democratização à mobilização popular que surgiu com a distensão política do final da Ditadura (LAMOUNIER, 1989 apud HAGOPIAN, 2007) No entanto, as ações que os militares tomaram não retiraram políticos populistas do cenário político, nem conseguiram extinguir o poder de grupos tradicionais que controlavam o poder local e grupos tradicionais estiveram fortemente envolvidos no processo de democratização. Hagopian afirma que, se em nível federal o poder se concentrou nas mãos de uma elite tecnocrática e autoritária, em nível subnacional grupos tradicionais ainda eram os grandes dominantes.

Hagopian também aponta um outro problema específico existente nos estudos sobre política brasileira, mas nesse caso se referindo àqueles que levam em consideração a sobrevivência de formas tradicionais de política dentro do Brasil e não reconhecem uma total modernização do país: o não uso de dados empíricos para a análise da situação real do jogo político. No geral, a produção acadêmica que trabalha com essa visão se fundamenta em ideias que partem de uma visão estereotipada sobre a política brasileira e não origina análises profundas (HAGOPIAN, 2007 :15). Usa-se aquilo que os pensadores sociais da realidade brasileira já citados anteriormente propuseram sobre como o Brasil se organizava politicamente, sem que se busque averiguar se essas ideias condizem com o momento atual vivido pela política do país.

Por fim, é necessário também definir o que é uma forma tradicional de se fazer política. Partindo da conceituação de Hagopian, ela se fundamenta no *controle do poder político por parte de um grupo específico, em que o acesso ao processo de tomada de decisões é restrito, a competição política é fraca e as formas de representação política são colocadas em níveis hierárquicos diferentes* (HAGOPIAN, 2007). Ela é caracterizada principalmente pela maneira como a competição e o recrutamento de atores para a política se dá, visto que o cenário político é controlado por uma oligarquia, normalmente um conjunto de famílias já tradicionalmente inseridas na política que interage entre si e compete pelo domínio no campo político (até mesmo os partidos políticos se tornam veículos do poder oligárquico nesse caso).

A política tradicional no caso brasileiro muito se baseia em três pilares: clientelismo, regionalismo e personalismo. Diferentes regiões brasileiras teriam diferentes arranjos de política tradicional e, de semelhante forma, formas modernas e tradicionais de política acabam por coexistir ao redor de todo país – não há locais completamente dominados pela política tradicional ou pela política “modernizada”. Hagopian também afirma que o poder da elite que controla politicamente certas localidades no passado vinha do controle de recursos materiais próprios os quais se utilizava para fomentar relações clientelistas, mas na atualidade a ocupação de cargos no Estado é a principal forma de ganho e controle de recursos econômicos para que o grupo oligárquico se mantenha no poder e consolide sua dominância.

Essa monografia, considerando pertinentes as observações feitas por Frances Hagopian, se fundamentará no uso de dados empíricos para refletir sobre a democracia brasileira e a manutenção de grupos específicos no poder. Mais especificamente, o que se observa com a substituição de candidatos a prefeituras por seus familiares nas eleições de 2012 é uma estratégia para manutenção de uma forma tradicional de se fazer política. Para se fazer uma discussão aprofundada sobre o assunto, foram coletados dados sobre esse fenômeno causado pela lei da ficha limpa que serão trabalhados em posterior capítulo – os dados numéricos trarão embasamento empírico para o debate desse texto.

Com a discussão teórica levantada nesse capítulo, pretendeu-se explicar que o Brasil hoje vive sobre um regime democrático caso se parta de um conceito de democracia focado em instituições políticas – principalmente nas eleições, já que no país foi registrada alternância de grupos no controle do Estado em nível federal desde o fim do período autoritário, as eleições ocorrem dentro dos prazos planejados e, nos últimos pleitos, houve pluralismo partidário na corrida pelos cargos. O processo de redemocratização brasileiro iniciado na década de 80, se olhado por esse ângulo, pode ser considerado bem-sucedido.

No entanto, existe no campo da ciência política todo um debate sobre qualidade da democracia e adesão a esse regime político por parte da população que é relevante para análise da situação brasileira em relação ao seu regime político. Isso porque o regime político do Brasil, junto de outros regimes da América Latina, é fruto de um processo recente e muitos autores – principalmente cientistas políticos estrangeiros – trabalham com o conceito de democracias já consolidadas (democracias

mais antigas, com certas características específicas em sua visão) e democracias que ainda estariam passando por um processo de consolidação e modernização.

No caso Brasileiro, especificamente um problema apontado como ainda existente em relação à consolidação e modernização do regime político é a permanência de formas tradicionais de política no país. Isso se daria como continuidade de processos já interpretados por pensadores sociais como Raymundo Faoro, Victor Nunes Leal e José Murilo de Carvalho, que observavam fenômenos semelhantes em relação ao controle do poder político e do Estado no Brasil, em que políticos abusariam de seus cargos e posições para benefício.

A Lei da Ficha Limpa é uma instituição recente que surgiu em resposta a más práticas que podem ser relacionadas a uma forma tradicional de se fazer política, caçando direitos políticos por oito anos nas circunstâncias já citadas anteriormente

No entanto, a simples existência da lei que tenta reter candidatos corruptos aos pleitos eleitorais não significa que formas tradicionais de se fazer política somem automaticamente – principalmente levando em consideração, como Hagopian afirma, que manter cargos políticos é importante para se ter acesso a recursos financeiros que muito seriam úteis para manutenção do poder de algum grupo específico. O fenômeno estudado por essa monografia – a substituição de candidatos e candidatas por seus familiares nas eleições municipais para prefeituras – parece como uma forma de resistência de uma política tradicional.

## **Carreiras políticas e Relações Familiares**

Ao se partir pressuposto que o Brasil é um país democrático, surgem outros tipos de indagação sobre a vida política brasileira, além daquelas acerca da qualidade do regime político e das instituições já trabalhadas no capítulo anterior. Uma das mais importantes para o que é trabalhado dentro dessa monografia é o questionamento sobre como, de forma geral, são construídas as carreiras políticas no país – partindo dessa indagação com cunho mais geral, várias outras questões são possíveis, a exemplo de: Como são construídas carreiras políticas? Quais seriam variáveis que influenciam o sucesso eleitoral? Relações familiares são importantes dentro do contexto brasileiro? Tentar-se-á brevemente discorrer sobre essas três perguntas ao longo do capítulo.

Contudo, é importante ressaltar que a produção acadêmica sobre carreiras políticas no âmbito da ciência política brasileira majoritariamente se foca no estudo ou do nível federal ou estadual da política – tanto do poder executivo quanto do poder legislativo. Como observado por Speck (2013), existe escassa produção sobre a política municipal – que estaria mais relacionada ao tema dessa monografia –, logo as informações apresentadas nesse capítulo por vezes estarão relacionadas a um debate que extrapola a esfera política que é o foco do texto.

Levando em consideração que a política em nível municipal é a mais próxima de boa parte da população, é o primeiro referencial de vida política e aquilo que está mais próximo do dia-a-dia de um cidadão comum, é intrigante tentar compreender o distanciamento que o *mainstream* da ciência política tem da política feita nos municípios brasileiros. Em parte, pode-se dizer que isso ocorre porque estudar municípios é ter que lidar com diferentes realidades – cada um deles possui diferente perfil, seja socioeconômico, demográfico, territorial – o que torna difícil fazer generalizações sobre o funcionamento da política nesse nível subnacional; por outro

lado também se deve levar em consideração que os cargos municipais são considerados menos importantes dentro do contexto uma carreira política com ambição progressiva – assunto que será melhor trabalhado posteriormente.

Miguel, Marques e Machado (2015) apontam que introduzir-se no campo político e iniciar uma carreira política está inicialmente ligado a dois fatores: a vontade, por parte do indivíduo, de ingressar na política formal e o acesso a recursos para efetivação dessa entrada – fatores esses que se influenciam entre si, afinal, a ausência de recursos pode solapar um possível desejo de entrar na política ou então possuir os recursos pode fazer com que seja construído o desejo de participar da política. Conjuntamente a esses dois fatores, mais condicionados aos próprios indivíduos, existe também todo um conjunto de condicionantes que determina quem, do conjunto de possíveis candidatos, será efetivamente lançado como concorrente no pleito (BRAGA; AMARAL, 2013).

A discussão acadêmica existente sobre carreiras políticas não se restringe ao momento de entrada no campo político. Há também pesquisas sobre como ocorre a construção de carreiras políticas – afinal, se esperaria que os candidatos uma vez que tenham ambição de se inserir no meio político continuarão ou progressivamente buscando cargos de maior peso dentro de suas trajetórias políticas ou manter o espaço já conquistado. Por exemplo, um dos passos dessa construção de trajetória pode ser justamente a busca por reeleição e existem estudos sobre quais são fatores favoráveis para a manutenção de seu poder em certos cargos políticos uma vez que eleitos.

Daniel Gaxie é um dos autores pioneiros nos estudos sobre recrutamento político e carreira política. Especificamente ele estuda o cenário político francês, mas suas inferências influenciaram vários estudos sobre esse assunto. A observação básica que ele faz é que grupos de alta posição social se encontram sobrerrepresentados no âmbito da política formal; agentes no alto da hierarquia social se encontram no alto também de hierarquias partidárias e ocupam mais cargos no parlamento, em conselhos e como ministros de Estado. Ele aponta que uma forma de fugir dessa lógica seria os próprios partidos construírem normas que no momento de recrutamento e construção de carreira dessem espaço para grupos desfavorecidos do ponto de vista político- a exemplo da criação de cotas para mulheres (GAXIE, 2012).

Ao se trazer a discussão sobre recrutamento político para o Brasil, é importante primeiro ressaltar que não existem candidaturas livres nas eleições – todo candidato é vinculado a um partido político que é compulsoriamente nacionalizado– e que a

fidelidade política dos agentes políticos não é muito alta – facilmente os políticos mudam de partido. Isso, na visão de alguns autores como Samuels (2004) e Mainwaring e Scully (1995), demonstra a fragilidade institucional do sistema partidário. A forma como o sistema eleitoral brasileiro é organizado, seguindo a análise de Samuels sobre as candidaturas ao legislativo federal, permite que os candidatos se lancem no meio político por meio de campanhas com cunho individualista; as carreiras são construídas com um viés empreendedorístico (*entrepreneurial*) dentro de um contexto de recrutamento aberto, normalmente sem muitas restrições formais, e descentralizado (SAMUELS, 2004: 85).

Não há muitas análises generalizadas sobre como se dá o recrutamento para as eleições municipais, como são escolhidos os candidatos que serão lançados ao cargo de prefeito e de vereador. No entanto, pode-se pensar que a situação não seja tão diferente daquela apontada por Samuels (2004), provavelmente com a diferença que atores poderosos locais, caciques políticos, tenham maior influência sobre quem efetivamente concorre nos municípios – isso é, caso eles mesmos não concorram. Essa, no entanto, é uma hipótese que deve que ser investigada mais profundamente pela ciência política brasileira.

Tomando que o lançamento de candidaturas parte também da ambição pessoal de se lançar na arena política, é importante tentar compreender como esse ingresso na vida política opera com a possível ambição de construção de uma carreira dentro do meio político. Ao analisar a trajetória de deputados federais norte-americanos, Rohde (2012 [1979]) cita a existência de uma teoria sobre ambição que classifica os tipos de ambição em três baseado em uma teoria anteriormente proposta por Schlesinger: discreta (em que o político exerce um mandato e não mais se candidata), estática (em que o candidato busca manter-se no mesmo cargo o maior tempo possível) e progressiva (quando o político passa a buscar cargos cada vez mais atrativos) (Schlesinger, 1966 *apud* Rohde, 2012).

Samuels (2000) afirma que no Brasil a ambição dos políticos tem caráter progressivo e os estudos que existem sobre trajetórias e carreiras políticas existentes ao menos parcialmente seguem essa ideia, a exemplo de Miguel (2003), Pereira e Rennó (2007) e Araújo e Silva (2013). Outra característica em comum entre esses estudos é eles se focarem na bastante na análise dos mandatos dos políticos dentro do legislativo federal, em quem chega ao congresso nacional, quem alcança o cargo ou de deputado

federal ou de senador – cargos esses de peso considerável dentro da estrutura política brasileira.

Obviamente não se pode pensar em carreiras políticas de forma extremamente rígida. Como Miguel (2003) afirma, existem muitos fatores em jogo para se pensar em uma única forma de trajetória progressiva de carreira e também são necessários mais estudos sobre o assunto para se pensar nas carreiras políticas dentro do Brasil. No entanto, ser prefeito ou vereador de um município pequeno ou até mesmo médio porte entra nas análises como um início de trajetória política, já que esses cargos na escala de ambição seriam mais baixos que governador, senador, ministro, entre outros.

Observando-se as trajetórias e tentando-se construir um perfil daqueles agentes que possuem sucesso político quando se lançam no mundo da política, alguns fatores são apresentados como favoráveis à construção de carreiras políticas pela literatura: possuir recursos financeiros, ser homem, estar numa determinada faixa etária, entre outros. No próximo capítulo, se discutirá mais profundamente a questão da carreira política, da participação na política formal, associada à questão de gênero.

Por fim, antes de encerrar a discussão sobre construção de carreiras, sucesso político e ambição progressiva de carreira, é importante citar a questão do Capital Político. Joignant, Perelló e Torres (2012) apontam que quem efetivamente se profissionaliza da política é distinto do resto da população, principalmente daqueles cidadãos comuns que não possuem tanto contato com a política, constrói uma espécie própria de capital. Embora todos cidadãos adultos que gozem de seus direitos políticos tenham acesso ao campo em teoria, a real possibilidade de sucesso na entrada no campo político não é para todos. Afinal, existem várias barreiras de cunho social e econômico na entrada no campo – um exemplo citado por eles são os obstáculos culturais que inibem o empoderamento político de mulheres.

Para a construção de uma trajetória política é necessária toda a aplicação de capital e não necessariamente o capital investido é originário do campo político. A notoriedade obtida por exercer determinada profissão, por exemplo, pode ser um recurso a ser investido na carreira política, assim como ter certas credenciais acadêmicas, militares entre outros (Joignant, Perelló, Torres, 2012: 7-8). Uma forma de capital que muito interessa para o estudo do fenômeno observado por essa monografia é o capital familiar, visto que o que ocorre é a substituição de um candidato por algum parente seu.

O capital simbólico não se encontra distribuído de forma igualitária na sociedade e ter parentes próximos ocupando cargos políticos ajudaria na construção de trajetórias políticas inicialmente por dois fatores, segundo Miguel, Marques e Machado (2015): a forma de recrutamento do campo da política tem características endógenas – familiaridade e proximidade com o mundo político estimulam uma possível entrada nele. Por outro lado, o parentesco nesse caso também significa acesso a informações sobre o funcionamento da política e a uma rede de contatos e operadores políticos muito úteis.

Obviamente não se pode afirmar que todos os candidatos que entraram como substitutos na eleição de 2012 analisada nessa monografia são de famílias tradicionais há muito tempo atuantes na política local dos municípios de onde concorreram as eleições para prefeito. Contudo, esses substitutos entram no lugar de pessoas que previamente recrutados e estavam sobre risco de cassação dos direitos políticos em consequência da Lei da Ficha Limpa, ou seja, de certa forma tiveram familiares próximos que estavam no mundo político e por consequência apresentam as vantagens previamente citadas do capital familiar. Ainda em relação ao caso estudado pela monografia, na análise de Miguel, Marques e Machado (2015) sobre trajetórias na Câmara dos Deputados, as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste apresentam maior proporção de deputados federais com vínculos políticos familiares. Como será apresentado com mais detalhes no capítulo sobre os dados coletados e analisados, no Nordeste se encontra proporcionalmente maior número de substituições por parentes.

Saindo de uma discussão mais geral sobre construção de carreiras e passando especificamente para a análise da dinâmica eleitoral municipal, Cavalcante (2015) é um pesquisador que estudou o comportamento eleitoral e reeleição de candidatos a prefeituras entre os anos de 2000 a 2008, tentando compreender se seria positivo para a possibilidade de reeleição de um candidato ser “um bom prefeito” – baseando a qualidade do mandato no índice Firjan de Gestão Fiscal e os indicadores que o compõe (receita própria, gasto com pessoal, investimentos, liquidez e custo da dívida) – assim tentando compreender se os eleitores premiam ou punem políticos de acordo com o desempenho que esses tiveram.

Isso porque um prefeito eleito ao final da duração de seu mandato tem as seguintes opções: não prosseguir sua carreira política, candidatar-se a reeleição (opção mais segura), esperar o pleito estadual/nacional (já que as eleições brasileiras são disjuntas) ou se candidatar à reeleição. A última opção, segundo dados produzidos por



ele, é a mais utilizada pelos políticos – 65% dos prefeitos eleitos em 2000 optaram por buscar a reeleição nas eleições subsequentes e fato semelhante ocorreu no pleito de 2008 (CAVALCANTE, 2015: 91).

Outro fato importante que Cavalcante observa nos pleitos municipais é a mudança de partidos dos candidatos a prefeito que buscam reeleição. Foi notada uma taxa que gira em torno dos 30% de mudança de partido dos candidatos à prefeitura que tentaram a reeleição nos pleitos de 2000, 2004 e 2008. Isso, segundo o autor, torna difícil avaliar construção de carreira e associá-la à permanência em determinado partido político ou mesmo a fidelidade dos eleitores em relação a algum partido – algo que se relaciona muito as ideias anteriormente apresentadas de Samuels e de outros autores sobre a fragilidade do sistema partidário do país.

Em 2008 o índice de sucesso eleitoral em geral dos candidatos que buscavam reeleição nas prefeituras foi de 0,69. A cada 10 candidatos à reeleição, aproximadamente 7 tinham sucesso. Separando-se os dados por região e por porte de município, nas regiões com menos densidade demográfica (Norte e Centro-Oeste) a chance de sucesso era ligeiramente menor, no Sudeste e Nordeste (mais povoados) a taxa era ligeiramente acima da média; em relação ao porte, nos municípios de maior porte a chance de reeleição também era bem mais alta, chegando a quase 0,9 (CAVALCANTE, 2015: 92).

Para Cavalcante, o sucesso eleitoral dos candidatos à reeleição não é miopia dos eleitores, mas sim uma espécie de responsividade a boas gestões – já que ele observou correlação entre a chance de reeleição e uma gestão fiscal adequada partindo da análise do índice Firjan de Gestão Fiscal. Mas além disso, a margem de vitória, a quantidade de votos a mais que o prefeito no pleito anterior conquistou em relação ao segundo colocado nas eleições, também foi correlacionada a um efeito positivo na reeleição – quanto maior a margem, mais chances de ganhar o segundo pleito concorrido. Esse fato, em análise do próprio autor do estudo sobre eleições municipais citado, é tido como um *proxy* do patrimônio/capital político do candidato à prefeitura (CAVALCANTE, 2015: 98).

Contudo, é necessário problematizar a visão que Cavalcante usa para averiguar o que seria uma boa gestão. Afinal, não se pode basear a afirmação de que a população está feliz com um governo correlacionando um índice de boa gestão fiscal com a reeleição. Eleitores normalmente não estão atentos a prestação de contas do município,

com a forma que se deram os gastos da prefeitura de forma contábil – estão atentos as ações do prefeito, mas não do jeito que o índice firjan analisa.

Codato, Cervi e Perissinotto (2013) também estudaram certas variáveis como condicionantes do sucesso eleitoral de prefeitos nas eleições de 2012, mas seu foco específico foi no pleito de 2012 – no qual o fenômeno de substituição a ser analisado por essa monografia ocorreu - e os três autores não trabalharam muito com a correlação entre a qualidade da gestão e o sucesso eleitoral. Ao analisarem o sucesso eleitoral, trabalharam com a variável dependente eleito/ não eleito e como variáveis explicativas usam pontos como: patrimônio do candidato, receitas de campanha, sexo, idade, se o candidato está buscando reeleição, entre outras.

Segundo os testes feitos com as variáveis, os autores construíram as seguintes inferências sobre o pleito municipal de 2012: Receitas altas de campanha estão associadas a sucesso eleitoral, da mesma forma que um nível alto de patrimônio material declarado. Mulheres elegem-se menos se comparadas aos homens; ser empresário está ligado a maiores chances de ser eleito também. Ser pretendente à reeleição estava correlacionado positivamente ao sucesso eleitoral nas eleições, assim como ter uma candidatura relacionada a uma coligação, não a somente um partido. É ressaltado no texto que as variáveis de caráter político, como a questão da reeleição, tiveram mais peso em relação ao sucesso eleitoral dos candidatos segundo a análise (CODATO, CERVI e PERISSINOTTO, 2013: 69-73; 79).

O ponto em comum mais forte de ambos textos sobre carreira política e prefeituras municipais é a associação entre tentativa de reeleição e sucesso eleitoral, um efeito positivo em relação à incumbência apontado pelos autores citados. Mesmo acadêmicos mais céticos em relação à influência que a incumbência tem nos pleitos (aqueles que acreditam em um menor impacto de já ocupar a cadeira de prefeito no sucesso eleitoral), como Brambor e Ceneviva (2012), ao observar os dados constatam que mais das metades dos candidatos que poderiam concorrer à eleição e efetivamente concorreram conseguiram sucesso eleitoral nas eleições de 2008 e 40% de todos os prefeitos teriam mandatos de reeleição – o que não é um número ignorável.

Carreiras políticas são construídas a partir, inicialmente, do desejo individual de se adentrar o mundo político. Contudo, embora inicialmente o campo pareça tecnicamente aberto a todos, é notável que essas pessoas, dependendo até mesmo de sua condição familiar, têm diferentes chances de obter sucesso na construção de uma trajetória política. Não há formalmente barreiras a participação, de forma geral, mas

certas pessoas pelo seu perfil teriam sua entrada facilitada na política (principalmente homens brancos que tenham recursos financeiros).

O capital familiar se mostra vantajoso para aqueles que sejam construir carreira na política porque com ele o indivíduo tem acesso facilitado a um conjunto de recursos muito úteis no meio político, seja o conhecimento de como se dá o funcionamento do campo, seja a rede de contatos que advém das relações familiares – que pode ser composta por possíveis patrocinadores para campanhas, cabos eleitorais, dirigentes partidários, entre outros. E, como será discutido com mais detalhes no próximo capítulo, essa proximidade com o capital familiar é especialmente relevante para a entrada de mulheres no campo político.

Falar em construção de carreiras no Brasil é pensar que os sujeitos que entraram no campo da política possuem uma ambição progressiva em relação aos cargos políticos, ao que tudo indica. Embora obviamente não exista um caminho único a ser seguido por todos políticos, certos cargos parecem mais desejáveis que outros, principalmente aqueles do nível nacional. No mais, prefeituras de pequenos e médios municípios e cadeiras nas câmaras de vereadores usualmente são entendidas como cargos mais baixos e/ou iniciais de uma trajetória política.

Ao se analisar a construção de carreiras mais especificamente em âmbito municipal, um dado que muito aparece é a vantagem da incumbência nos pleitos eleitorais – buscar a reeleição como prefeito dentro de uma cidade é uma estratégia de relativo sucesso. Não somente capital familiar tem influência nas eleições, por outro lado. Obviamente possuir recursos econômicos não significa numa imediata conversão desse capital econômico em capital político, mas há uma correlação positiva entre a chance de sucesso eleitoral e possuir capital ou mesmo ser empresário.

### **Participação feminina na Política**

Como apresentado no capítulo anterior, ao se fazer uma análise sobre o perfil das pessoas que conseguem adentrar o campo da política institucional e construir carreira, é notável a sub-representação feminina nesse espaço no Brasil. Normalmente homens obtém mais sucesso eleitoral e o gênero parece relacionado a uma barreira informal existente no acesso à política. Nesse capítulo brevemente se discorrerá sobre esse fato. Será feito um apanhado geral do debate existente sobre participação feminina na política buscando-se compreender porque as mulheres se encontram representadas em menor número nesse espaço da ação pública.

Problematizar o baixo número de mulheres presentes na política é entrar, primeiramente, em um debate sobre representação nesse campo. Afinal, se elas não estão ocupando os espaços de tomada de decisões e representação de interesses do mundo público, isso significa que questões que poderiam ser pautas delas estão sendo apresentadas pelos homens que efetivamente ocupam os cargos desse espaço. Uma pergunta que surge em relação a essa situação é a de se isso é uma boa forma de representação.

Tomando-se como o princípio de uma boa representação depende também do compartilhamento de experiências entre representantes e representados e da defesa real interesses comuns do grupo, pode-se afirmar que não necessariamente homens poderiam bem representar mulheres. Logo, seria mais adequado buscar formas de reverter esse cenário de sub-representação e fazer com que mulheres representem mulheres. Esse é um dos argumentos de defesa para uma *descriptive representation* apresentado por Jane Mansbridge (1999) – uma representação descritiva, em que representantes eleitos defenderiam não só interesses mais gerais do país, mas também interesses do seu grupo de gênero, raça, classe.

Obviamente Mansbridge ressalta que não se pode essencializar a categoria mulher, assumir que todas elas possuem alguma característica em comum ou compartilham de um mesmo conceito de feminilidade. Contudo, partido do fato que elas são agentes que se encontram sub-representados, pensar em *descriptive representation* nesse caso é válido por auxiliar a entrada de mulheres no campo (MANSBRIDGE, 1999: 637). Ela também disserta sobre possíveis problemas e custos em se tentar trabalhar com esse tipo de representação, a exemplo de: como seria construído o conjunto de indivíduos que representaria a sociedade? Não há uma resposta definitiva para essa questão.

É um fato que as mulheres tiveram papel importante na adoção de reformas que buscavam maior equidade de gênero na política institucional com diferentes níveis de êxito ao atuarem nos lugares onde conquistaram maior representação política (como nos países escandinavos). Elas pressionaram os partidos políticos, principais instituições relacionadas à entrada na política, para terem maior peso nos processos de tomada de decisões e para ocorrerem mudanças nas agendas políticas (LOVENDUSKI, 1997). Mobilizaram-se como grupo para que essas instituições adotassem um compromisso com a busca da equidade de representação e assim adentraram o mundo da política.

Saindo um pouco da discussão sobre representação e buscando como efetivamente as mulheres adentram o campo político, Fox e Lawless (2012 [2004]) ao analisar o cenário norte-americano, deixam claro que são poucas as mulheres eleitas, embora não exista um viés de gênero discriminatório explícito no país – os autores partem dos pressupostos que poucas candidatas relatam discriminação nítida, ou mesmo que mulheres tenham um baixo nível de votação quando se candidatam. O grande filtro existente não existe tanto nas leis e, muitas vezes, está relacionado ao momento da decisão de concorrer aos cargos eletivos na visão desses autores.

O gênero do possível candidato influencia se a ideia de concorrer em uma eleição passará por sua cabeça – do conjunto de possíveis candidatos aos pleitos eleitorais, as mulheres têm menor tendência a pensar seriamente sobre a possibilidade de lançar candidaturas próprias quando controladas outras variáveis que poderiam ter influência sobre essa decisão (como classe social, por exemplo). Há também um menor nível de mulheres que efetivamente concorre, embora a diferença não seja grande o suficiente para justificar o baixo número de mulheres presentes no parlamento. Contudo, cabe ressaltar que a (não) vontade de concorrer não está associada a um baixo nível de interesse na política, segundo o observado por Fox e Lawless (2012[2004]).

Para explicar os fenômenos observados nos Estados Unidos sobre o baixo nível de representação feminina, os dois autores recorrem à teoria de socialização de gênero. Ocorre historicamente uma divisão de tarefas na sociedade por gênero, homens ficaram com a esfera do mundo público e as mulheres com a esfera do mundo privado e até hoje existem expectativas em relação ao tipo de papel que cada um dos gêneros exerce nesses espaços. Pelo tipo de socialização que recebem, mulheres ou não criam muitas expectativas ou não se sentem confortáveis ocupando o espaço público, a exemplo de cargos políticos. É normal elas terem em suas mãos muito mais responsabilidades em relação a suas famílias ou então subestimarem suas qualificações para exercerem cargos políticos.

Matos e Paradis (2014) aponta que princípios patriarcais organizaram o Estado Moderno, no próprio contratualismo moderno e críticas feministas como Pateman e Walby fazem ressalvas em relação a como são organizadas as esferas pública e privada – afinal, nem todos estão incluídos no espaço público, o espaço da política. A distinção entre as duas esferas teria como base um binarismo sexual – o espaço público seria dos cidadãos homens, provedores, enquanto as mulheres, cuidadoras, seriam associadas ao mundo privado.

Pippa Norris (1994) de forma semelhante assume que os valores e atitudes dominantes em relação às mulheres na cultura política do país afetam a forma como elas interagem com o mundo da política. Onde houver uma cultura mais tradicional, é esperado que, primeiramente, as mulheres não se sintam confortáveis em buscar a entrada em uma carreira política, que, de forma interveniente, os dirigentes partidários ou quem mais seja responsável pela seleção dos candidatos hesitem em lançá-las como candidatas e que, finalmente, os partidos políticos não formulem estruturas efetivas de equidade de gênero que torne o espaço político-partidário mais receptivo a elas. O

número baixo de mulheres na política estaria relacionado, de forma geral, a esses desafios.

Por outro lado, em culturas com valores mais igualitários, supõe-se que a busca por equidade de gênero na política é um valor que está presente na sociedade, que existem demandas em relação a esse ponto (NORRIS, 1994:312). Atingir paridade de representação dos gêneros nesse caso seria um objetivo a ser alcançado. Essa é uma discussão que se casa com aquela apresentada sobre cultura política e instituições do primeiro capítulo, em que se diferenciavam os valores político-culturais de democracias consolidadas e não consolidadas, o que já foi criticada anteriormente.

Norris também observa que a forma como o sistema político e eleitoral é organizado afeta carreiras políticas femininas. Há influência sobre a taxa de sucesso das mulheres nas eleições se elas se dão com base em candidaturas individualizadas (como nas listas abertas) ou de lista fechada, se o tamanho dos distritos eleitorais é grande ou pequeno, se há mais de uma cadeira por distrito ou se são várias cadeiras distribuídas de forma proporcional à votação, entre outros fatores. Exemplificando: mulheres normalmente tem mais sucesso em contextos em que os distritos possuem mais de uma cadeira e em que o sistema de lista fechada é o sistema de candidatura (NORRIS, 1994: 313).

Trazendo a discussão sobre participação política feminina para o Brasil e a sua sub-representação, o que se percebe é que as mulheres romperam diversas barreiras para ocupar espaços na política formal brasileira, mas permanecem com uma baixíssima presença nos espaços políticos formais. Como Luana Pinheiro (2007) aponta, o acúmulo de capital social e político é difícil para qualquer pessoa, mas é especialmente mais difícil de ser adquirido e instrumentalizado por mulheres. Observando o conjunto de deputadas eleitas na Câmara dos Deputados, se percebem alguns caminhos por elas utilizados se integrarem ao mundo da política driblando os obstáculos e estereótipos relacionados a gênero: um dos mais comuns seria se inserir no meio social por meio da militância em movimentos sociais (PINHEIRO, 2007: 82). Espaços sociais mais próximos do cotidiano também podem representar espaços para o empoderamento de mulheres brasileiras, como associações de moradores/associação de bairros.

Contudo, para participarem do mundo formal da política, as mulheres ainda precisam se filiar a partidos e normalmente esses não são espaços muito receptivos a elas no Brasil. Pinheiro (2007) cita uma falta de estímulo a candidaturas femininas e escassez de apoio financeiro nas campanhas eleitorais como empecilhos à ocupação de

cargos eletivos enfrentados nesses espaços partidários. Como atores que recentemente chegaram ao campo da política, suas candidaturas são vistas como incertas para essas instituições partidárias, afinal, por trás delas não há uma tradição como grupo social representado na política; em geral elas não possuem o apoio de organizações sociais e econômicas que poderiam ser benéficas para suas carreiras – um estudo feito por Speck e Sacchet (2012) aponta menor financiamento de candidaturas femininas .

Nesse sentido, as mulheres ficam presas em um *loop*: não têm capital político por não se encontrarem já incluídas no campo da política e não conseguem adentrar o mundo da política porque seu capital político é baixo ou inexistente. Um apoio a candidaturas femininas pela parte dos partidos só surge claramente quando essas instituições as veem como “arrastadoras de votos” para a legenda, mas a manifestação de apoio nesse caso não se restringe somente as mulheres nesses casos (PINHEIRO, 2007: 83-84).

Mesmo com a criação de uma política de cotas de candidaturas para mulheres, uma tentativa institucional de inserção delas no campo político, os partidos em geral não parecem muito incentivados a lançar candidaturas ou lançam candidaturas laranjas. Como Araújo e Alves (2007) apontam, o sistema de cotas do país é muito frágil. O sistema eleitoral brasileiro é de candidatura em lista aberta com cotas em que essas não conseguem combater causas culturais e socioeconômicas que dificultam a trajetória de mulheres na política

Todavia, é importante ressaltar que o comportamento dos partidos políticos não é monolítico em relação às candidatas, nem todos eles agem da mesma forma em relação a candidaturas femininas e a participação de mulheres dentro da instituição. Por exemplo: nos partidos de esquerda há indícios de maior abertura para participação feminina; isso sem contar que o comportamento deles pode se alterar com o tempo. Não se poderia assumir que os partidos têm completa responsabilidade no problema da representação feminina, um dos indícios disso é que próprio conjunto de mulheres que deseja se candidatar é apontado como menor que o dos homens (PINHEIRO, 2007: 87).

Observando-se as mulheres que chegaram a Câmara dos Deputados como parlamentares, duas portas de entrada mais comuns foram encontradas para o acesso delas ao espaço político: liderança ou participação em movimentos sociais e a das



relações familiares. Também existem outras formas de Capital relevantes para construção da carreira, mas esses não serão trabalhadas nesse texto<sup>3</sup>.

Pinheiro observa que o capital familiar é a forma mais tradicional das mulheres se engajarem com a política institucional; nesses casos as mulheres se aproveitam do prestígio, do nome tradicional de suas famílias, para chegarem ao parlamento herdando contatos e posições políticas. Esse capital pode ser de nascimento na família tradicional ou adquirido por meio de casamento, em que o cônjuge já tenha uma carreira política. Inegavelmente não se pode dizer que o capital familiar não é importante também para os homens na construção de carreiras políticas, mas para as mulheres que normalmente não são socializadas para esse espaço a possível influência desse capital parece muito maior para a construção até mesmo do desejo de ingresso na política.

A participação em associações de bairro, sindicatos, estudantis e profissionais de classe também se mostra como uma origem importante de capital a ser vertido para o campo político pelas mulheres. A presença e atuação nesses espaços significa uma socialização política que as prepara, de certa forma, as mulheres para a entrada no campo da política institucional. Nesses espaços elas podem construir notoriedade, se destacar como lideranças sociais; de igual forma também é gerada uma espécie de ficha política em que as possíveis candidatas demonstrem com que pautas estariam comprometidas, quais assuntos são de seu interesse.

Em termos de perfil, maior parte das deputadas federais eleitas possuía um alto nível educacional. Dependendo da região, há diferença na origem do capital das deputadas eleitas – no Norte e no Centro-Oeste predomina a eleição de mulheres por partido de centro esquerda com laços familiares enquanto no Sul e Sudeste há maior proporção de mulheres em partidos de esquerda normalmente com vínculos a movimentos sociais. São mais comuns mulheres atuando dentro de partidos de esquerda e normalmente as representantes desses partidos tiveram sua trajetória associada a movimentos sociais, enquanto aquelas eleitas por partidos de direita tinham mais ligação com capital familiar (PINHEIRO, 2007).

Passando especificamente para a análise da participação feminina na política institucional em nível municipal, Miguel e Queiroz (2006) observam um fato inesperado a princípio: o desempenho eleitoral de mulheres nesse âmbito da política nos municípios de regiões menos desenvolvidas foi maior que o aquele apresentado por

---

<sup>3</sup> Ver PINHEIRO, 2007 para uma maior discussão sobre o assunto.

candidatas nas regiões de indicadores sociais melhores nos pleitos de 1996, 2000 e 2004. Nas regiões mais desenvolvidas a capacidade das mulheres de competir nos pleitos era reduzida quando se comparava homens e mulheres (MIGUEL E QUEIROZ, 2006: 368).

Para tentar explicar esse fato, os autores trabalham com um conjunto de hipóteses: A primeira hipótese partiria do pressuposto que o padrão de política nessas regiões segue um viés tradicionalista e as mulheres entram no cenário político como representantes de grupos tradicionais familiares já atuantes no local; ou seja, elas não teriam capital vindo de participação em movimentos sociais ou muito relacionados a sua trajetória pessoal, e sim sua força política seria relacionada aos laços de parentesco e estão normalmente associadas à partidos de direita (MIGUEL E QUEIROZ, 2006: 370).

Como segunda hipótese, parte-se do dado que mulheres em geral apresentam níveis de escolaridade mais altos que o de homens em semelhante condição socioeconômica e nas regiões em específico que foi observado maior sucesso eleitoral feminino essa disparidade seria mais relevante para o sucesso eleitoral delas – afinal, são regiões com menor nível educacional geral. Por fim, uma última hipótese seria a demográfica: em consequência das migrações, o número de homens adultos presentes seria mais baixo que o de mulheres e o eleitorado feminino votaria mais nas candidatas (MIGUEL E QUEIROZ, 2006: 371-372).

Ao se analisar os dados, nenhuma das hipóteses apresentadas se mostra conclusiva ou é corroborada. Os autores apontam a necessidade de um estudo mais sofisticado sobre o êxito das mulheres na política em nível municipal. Contudo, em relação à primeira hipótese, que seria mais relevante dentro do contexto dessa monografia deve-se fazer a seguinte ressalva: ao se analisar os dados, partiu-se do princípio que a política de cunho tradicionalista, em que o capital familiar muito importa, estaria relacionada a partidos de direita. No entanto, faltam estudos sobre o funcionamento de partidos políticos no contexto dos municípios brasileiros e não se pode assumir como fato que essa forma de política que se baseia em capital familiar esteja relacionada somente a uma dita direita política.

Isso porque, se observados relatos sobre o funcionamento e a instituição de partidos no nível municipal, os caciques políticos envolvidos de forma tradicional na política têm grande controle sobre o aparato partidário em nível local e para uma mulher se envolver na política dependeria de seu aval – pensa-se então que para aquelas que têm parentesco ou então estão na rede de contato próxima de elites locais na política

teriam mais facilidade de se inserir no meio. Essa, no entanto, é uma hipótese que ainda deve ser investigada. Dantas e Praça (2012) ao estudarem formação de coligações nas eleições de 2004 iniciam um texto apontando como o poder nos partidos em nível local se concentra na mão de caciques.

Segundo os dados das eleições de 2012, foram eleitas 663 candidatas (um aumento de 31,5% em relação a 2008, em que o número de eleitas foi de 504). Esse número representa 11,8% do total das prefeituras. O percentual de mulheres eleitas avançou em média 1% ao ano entre 1992 e 2012, seguindo nesse ritmo o número de homens e mulheres eleitos como prefeitos na esfera municipal deve se tornar igual dentro de 148 anos (SABINO e LIMA, 2015). Ainda há um longo caminho a ser percorrido para que as mulheres não se encontrem mais em condição minoritária no campo político.

A principal explicação que aparece para o baixo número de mulheres política institucional, tendo-se como base aquilo que já foi produzido no campo da ciência política e apresentado nesse capítulo, é a socialização que as mulheres recebem ao longo da sua vida, que afeta até mesmo um possível desejo de concorrer. A forma como são eleitos os representantes, como se distribuem os cargos, também tem influência sobre o sucesso feminino na política e os partidos políticos podem ser instituições que podem atrapalhar (ou facilitar, caso se tenha o capital político familiar correto) a entrada de mulheres na política.

## Análise dos dados

### **Apresentação das Hipóteses iniciais**

Nessa monografia, os dados coletados, como citado na metodologia, serão trabalhados dentro de quatro hipóteses baseadas na produção existente dentro do campo da ciência política. Como primeira hipótese, espera-se que sucesso eleitoral de homens e mulheres seja diferente, isso porque carreiras políticas femininas e masculinas se dão de forma diferente – em que as mulheres se encontram em situação de desvantagem, levando em consideração a desigualdade de gênero estrutural que existe na sociedade. Como Miguel e Biroli (2010) e Miguel e Queiroz (2006) apresentam, mulheres e

homens são socializados contextos desiguais, tem ambições diferentes sobre a política e há pressões e expectativas sociais desiguais para os dois gêneros – o que leva a uma sub-representação do grupo feminino na arena da política formal mesmo em nível municipal, que a princípio a literatura aponta que seria o local principal em que carreiras políticas femininas se constroem tendo em vista as maiores responsabilidades dadas a elas na gestão das famílias (FLORENTINO, 2008).

Corroborando essa visão da literatura, cabe observar que em primeiro turno na eleição de 2012 para prefeito/a, de 13.101 candidatos homens, foram eleitos 4.861 (37% a razão entre candidatos/eleitos), e de 2.026 candidatas mulheres, somente 656 candidatas foram eleitas (32% a razão entre candidatas/eleitas ); um cenário semelhante se repete em segundo turno: foram 92 candidatos homens e 8 candidatas mulheres concorrendo em segundo pleito, em que 48 homens (52% do total de homens que foram ao segundo turno) e 2 mulheres (25% do total de mulheres que foram ao segundo turno) alcançaram o cargo de prefeito – há uma forte disparidade na corrida eleitoral e no número de eleitos de cada gênero. Do total de mulheres eleitas para o cargo (658) (o que significa que mulheres são chefes de 11,8% do total de municípios do Brasil, 5565<sup>4</sup>), 45 das prefeitas eleitas se enquadram nos casos estudados por essa monografia, ou seja, entraram como substitutas de familiares que no fim não concorreram ao pleito.

Como segunda hipótese nessa monografia, se testará uma observação bastante difundida no campo das teorias sobre desenvolvimento político na área de estudos comparados: Um maior Índice de Desenvolvimento Humano está positivamente correlacionado a chances de mulheres serem eleitas, assim como afirmam autores como Pippa Norris e Ronald Inglehart (2003) em *Gender Equality and Cultural Change Around the World*. Isso porque o desenvolvimento medido por esse índice está relacionado a melhores indicadores de educação, de renda e de saúde para população – indicadores esses influenciados favoravelmente quando serviços que ajudam na equidade de gênero estão disponíveis para população – creches para que as mulheres possam trabalhar fora de casa, acesso amplo a educação para ambos os gêneros, atendimento à saúde da mulher, entre outros pontos. Já há observações no campo acadêmico brasileiro que a correlação observada no caso do Brasil é **oposta** à teoria observada internacionalmente - nas regiões mais atrasadas o sucesso eleitoral de

---

<sup>4</sup> Número disponibilizado pelo IBGE no Senso Demográfico de 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php>>. Acesso em 5 de dezembro de 2015.

mulheres foi maior (vide Miguel e Queiroz, 2006) e se buscará saber nessa monografia qual a influência IDH nos casos observados.

A terceira hipótese, que se relaciona com a segunda, supõe-se eleitores do Nordeste tem uma relação diferente com seus candidatos, que há um controle da mais forte de grupos específicos na política da região visto que é nela que se concentra o maior número de casos. Isso porque, caso se analise o Nordeste de acordo com as teorias do desenvolvimento político, ela se encontraria menos desenvolvida que outras áreas do Brasil – tem menor IDH em geral, por exemplo e se observando pleitos anteriores nos estados que compõe essa região há indícios de um continuísmo na política local – o mesmo partido elege prefeitos em vários pleitos e uma hipótese em relação a esse sucesso é o controle dos partidos por clãs locais (AVELAR E WALTER, 2008). Contudo, não se pode esquecer que Norte também é uma região de IDH baixo, mas que possui menor número de municípios e menor população.

A quarta hipótese gira em torno do sucesso eleitoral e de uma carreira política prévia. Como observado no artigo “Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012” de Codato, Cervi e Perissionotto (2013), a chance de sucesso eleitoral seria influenciada positivamente com a ocupação prévia de cargos políticos ou profissões que agregam capital social/capital financeiro ao candidato/candidata (primeiro capital político e depois do capital financeiro) - embora caiba ressaltar que a transição de capital distintos (econômico, social) não é automática e as variáveis de capital político tem o maior peso.

Dado que essa análise se foca na esfera municipal, é relevante ressaltar também que essa ocupação de cargos no executivo local é influenciada pelas redes de relacionamento interpessoais daqueles que já se encontram ou se encontraram em posição de poder – por exemplo, não é incomum prefeitos colocam em suas secretarias familiares ou pessoas próximas e há toda uma expectativa social em torno disso (BEZERRA, 1995 e QUEIROZ, 1976 *apud* LOPEZ, 2004).

### Apresentação dos dados e análise dos mesmos segundo as hipóteses

Durante as eleições de 2012 foram constatados 159 casos de substituição de candidatos à prefeitura do município por familiares de primeiro grau (pais e mães como parentes em linha ascendente, cônjuges e irmãos/irmãs, como parentes em linha horizontal e filhos/filhas/sobrinhos/sobrinhas em linha descendente de parentesco) distribuídos por quase todo o Brasil. De 27 unidades federativas, esse fenômeno só não ocorreu em três (Rondônia, Amapá, Mato Grosso do Sul<sup>5</sup>). Maior parte dos casos se concentrou na região nordeste (85 casos em municípios nordestinos, entre 1794 no total que constituem a região – 4,7%), seguida pela região Sudeste (42 casos em municípios entre 1668 municípios – 2,5%), Sul (12 casos, entre 1188 municípios – 1,1%), Norte (12 casos entre 449 municípios – 2,67%) e Centro-Oeste (8 casos entre 466 municípios – 1,71%) nessa ordem. O Estado que individualmente mais concentrou casos foi São Paulo (24), seguido pela Bahia (21) e por Minas Gerais (14).

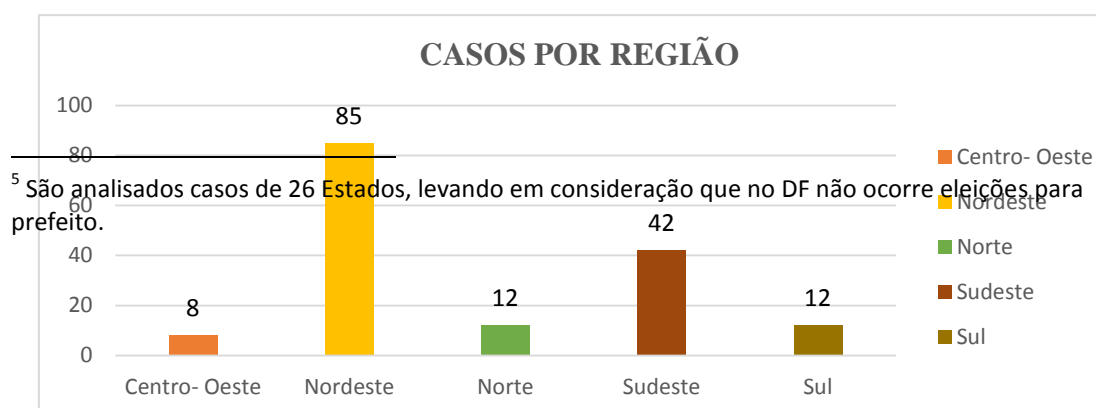
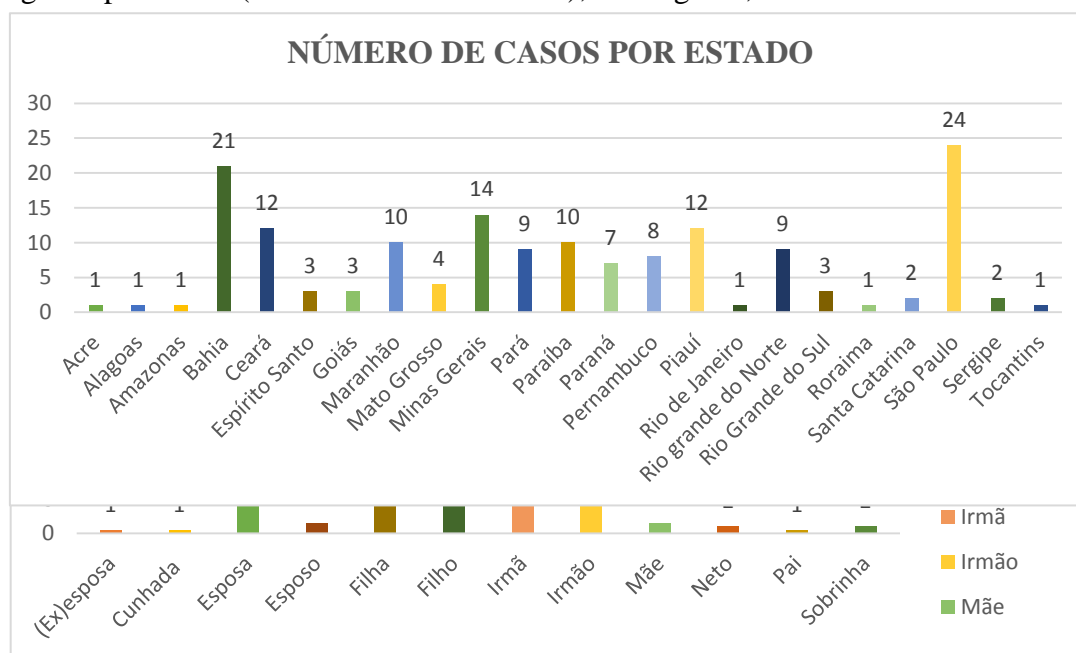


Gráfico 1 – Casos por região. Fonte: próprio autor

Gráfico 2 – Número de Casos por estado. Fonte: próprio autor

Dentre os candidatos substituídos, quem saiu da eleição, havia 150 homens e 9 mulheres. Mas para os substitutos-parentes que entraram na competição eleitoral a situação se inverte: ingressaram no pleito 109 mulheres como substitutas e somente 50 homens. Em relação ao parentesco entre substituto/a e substituídos/as, é notável o alto número de esposas que entrou na corrida eleitoral no lugar do marido para concorrer ao cargo na prefeitura (77 casos – 48% do total); em seguida, estão os filhos homens (35



casos), irmãs (14 casos) e filhas (12 casos) como o tipo de parente que mais substituiu os candidatos originais em 2012.

Gráfico 3- Parentes que substituíram candidatos. Fonte: próprio autor

O fato da maior parte das candidaturas originais ser de homens pode ser associado à observação já feita pela literatura de que mulheres concorrem em menor número a cargos na política institucional e possuem ambições diferentes, não se encontram tão integradas ao mundo político. Lançar esposas como substitutas está ligado a todo um conjunto de expectativas de gênero e papéis sociais a serem performados pelas mulheres, especialmente a expectativa de submissão das esposas às vontades de seu marido – o candidato original – caso haja sucesso no pleito. Em um caso específico, um dos candidatos a prefeito que desistiu de concorrer e foi substituído (com êxito eleitoral) por sua esposa no pleito chegou a anunciar que a cidade teria dois prefeitos, em que de fato aquele que teria o poder seria ele:

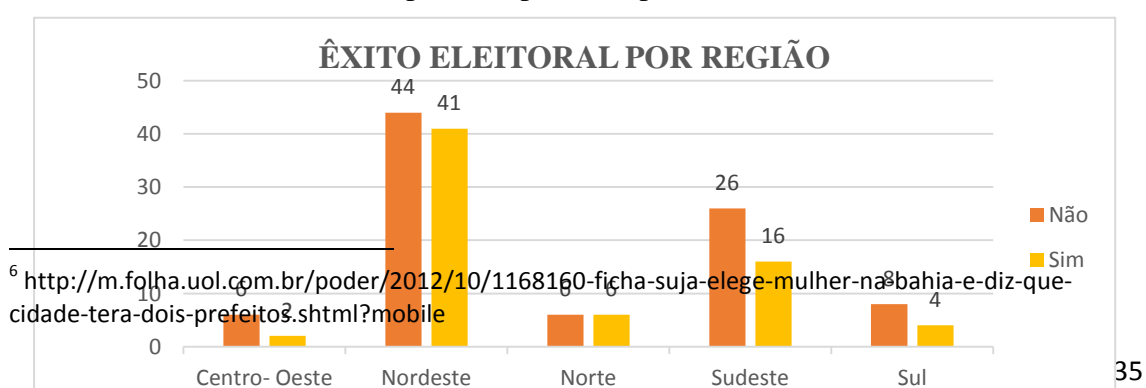
“[...] Mas o prefeito de fato sou eu [...] pela primeira vez Conde vai ter dois prefeitos, um homem e uma mulher. [...]”<sup>6</sup>

Pouquíssimas das pessoas que entraram como substitutas-parentes dos candidatos originais possuíam carreira política prévia em cargos eletivos antes de concorrerem ao pleito aqui analisado. Dos 159 substitutos, somente 19 concorreram em eleições anteriores às de 2012 e, entre esses, apenas 16 efetivamente conquistaram algum cargo eletivo. Não se encontrou informações sobre se os substitutos tiveram anteriormente cargos não eletivos na máquina de governo, como cargos nas secretarias municipais, mas não se encontraram dados sobre isso. Entre os que haviam sido eleitos em pleitos prévios, 10 eram mulheres (de 109, ou seja, aproximadamente 9% do total de mulheres substitutas) e 6 eram homens (de 50, 12% do total de homens substitutos).

Cargo/ ano	Número
Deputado Estadual (2006, 2010)	1
Vereador da Câmara Municipal (2004,2008); Deputado Federal (2006);	1
Vereador da Câmara Municipal (2004)	1
Vereador da Câmara Municipal (2008)	3
Vereadora da Câmara Municipal (2008)	5
Vereadora da Câmara Municipal (2000)	1
Vereadora da Câmara Municipal (2004)	2
Vereadora da Câmara Municipal (2004/2008)	2
Sem cargo anterior	143
<b>Total Geral</b>	<b>159</b>

Tabela 1 – Substitutos e ocupação de cargos anteriores. Fonte: próprio autor

Dos 159 substitutos, 69 (43% do total) obtiveram êxito eleitoral. Correlacionando êxito e região, em nenhum lugar o número de candidatos substitutos que se elegeram foi maior que o número de candidatos que perdeu a eleição. No entanto, no Nordeste e no Nordeste, o número de substitutos que se elegeram se aproximou bastante do número de substitutos-parentes que alcançaram sucesso (no Norte houve seis casos em que se ganhou a eleição e seis que se perdeu; no Nordeste, 44 substitutos ganharam e 41 perderam). A região sudeste foi aquela em que o maior número relativo de substitutos-parentes perdeu o pleito.



<sup>6</sup> <http://m.folha.uol.com.br/poder/2012/10/1168160-ficha-suja-elege-mulher-na-bahia-e-diz-que-cidade-tera-dois-prefeitos.shtml?mobile>



Gráfico 4 – Êxito eleitoral por região. Fonte: próprio autor

Passando a questão da filiação partidária de candidatos e substitutos, em 121 (76%) dos casos observados em que ocorreu o fenômeno da substituição o candidato original e seu substituto concorreram à eleição pelo mesmo partido político, enquanto em 38 (24%) das ocorrências houve diferença de partido entre os dois. Eram filiados ao PSDB e do PMDB (ambos concentrando mais de 20 casos individualmente) maior parte dos candidatos originais e dos substitutos, como apresentado nos gráficos a seguir. PSB foi o partido que ganhou candidaturas com a mudança entre candidato original e substituto-parente (3), seguido pelo PV (2) e pelo PTN (1).

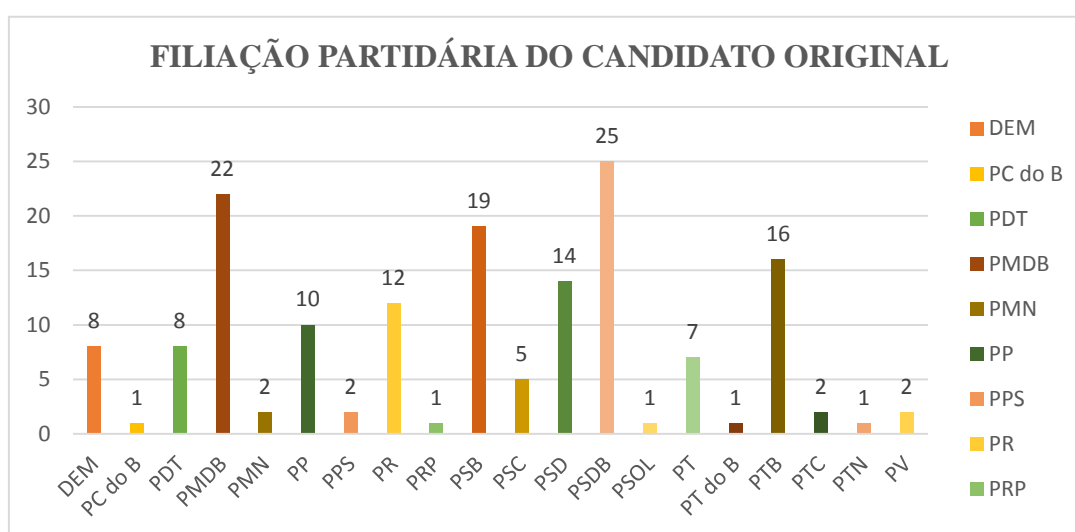


Gráfico 5 – Filiação partidária do candidato origina. Fonte: Próprio autor

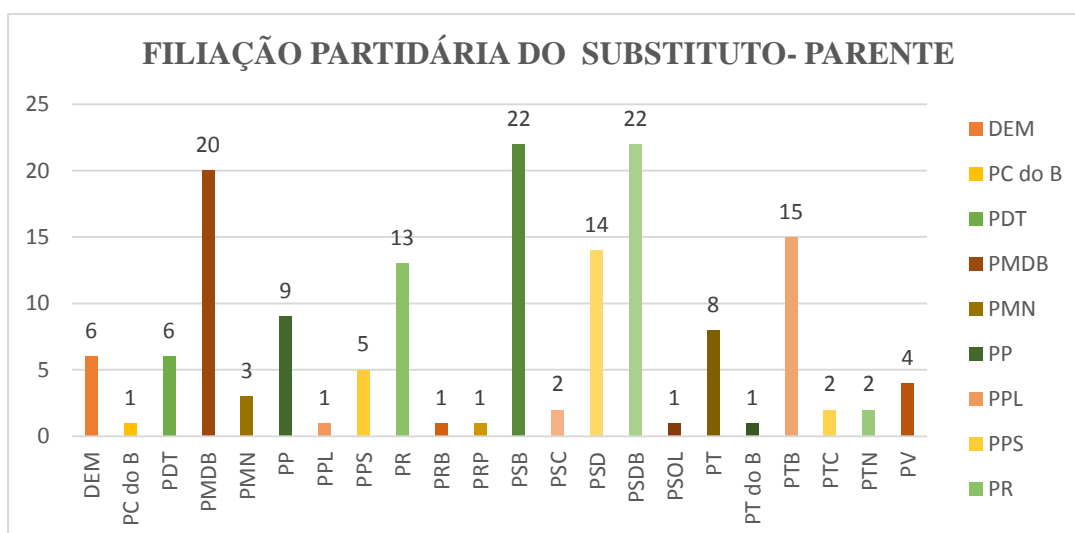
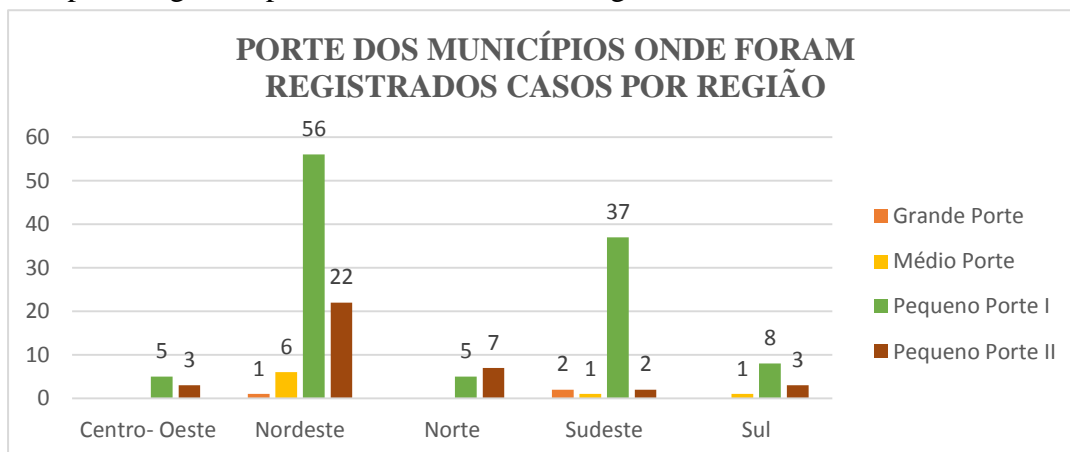


Gráfico 6 – Filiação partidária do substituto-parente. Fonte: próprio autor

Trabalhando com as características dos municípios, em geral as localidades onde foram observadas as substituições podem ser consideradas de pequeno porte. Na

maioria dos casos – 111 deles ou então 69% do total – não há uma população maior que 20 mil habitantes (população de Pequeno Porte I no gráfico a seguir). Em 37 das ocorrências, os municípios têm população entre 20 mil e 50 mil habitantes (população de pequeno porte II), em oito municípios havia uma população de 50 mil a 100 mil habitantes (população de médio porte) e somente três municípios possuíam uma população com mais de 100 mil habitantes (População de Grande Porte). Dois desses municípios de grande porte são localizados na região Sudeste e dentre os oito de médio



porte, 6 se encontram na região Nordeste.

Gráfico 7 – Porte dos municípios onde foram registrados casos por região. Fonte: próprio autor

Seguindo a classificação em faixas apresentada pelo PNUD sobre os níveis de IDH das localidades (de 0 a 0,499 se classifica como IDH muito baixo, 0,5 a 0,599 IDH baixo, 0,6 a 0,699 IDH médio, 0,7 a 0,799 IDH alto e de 0,8 a 1 IDH muito alto<sup>7</sup>), os municípios onde ocorreram os casos observados por essa monografia podem ser classificados da seguinte forma:

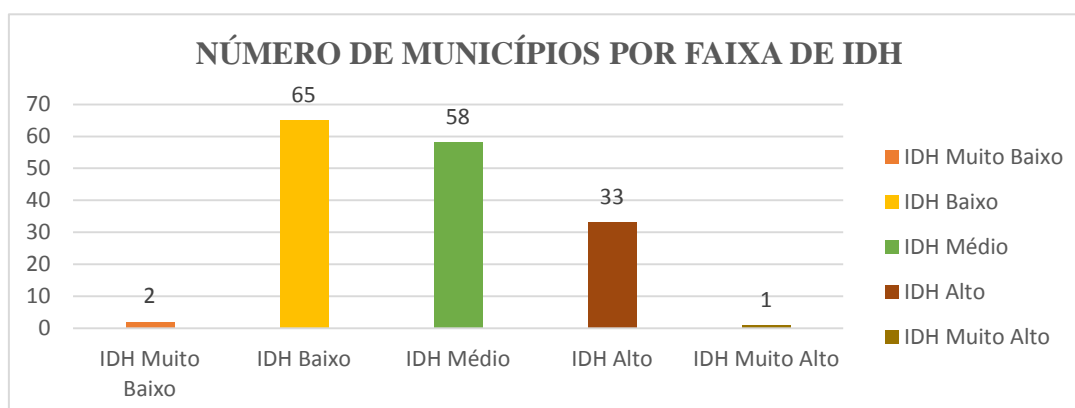


Gráfico 8 – Número de municípios por faixa de IDH. Fonte: próprio autor.

<sup>7</sup> As faixas de IDH foram divididas seguindo critério do PNUD disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-do-brasil.pdf>. Acesso em 5 de novembro de 2015.

A maior parte dos municípios, 65 (40%), possuía um baixo nível de desenvolvimento humano. Em seguida, respectivamente, predominaram os municípios com IDH médio (36% do total) e IDH alto (20%). Não foram observados muitos casos de municípios nas extremidades das faixas de IDH nos lugares onde ocorreram as substituições (somente 2 municípios seriam de IDH muito baixo e um município de IDH muito alto). Segue em gráfico a distribuição de Município por IDH dos casos,

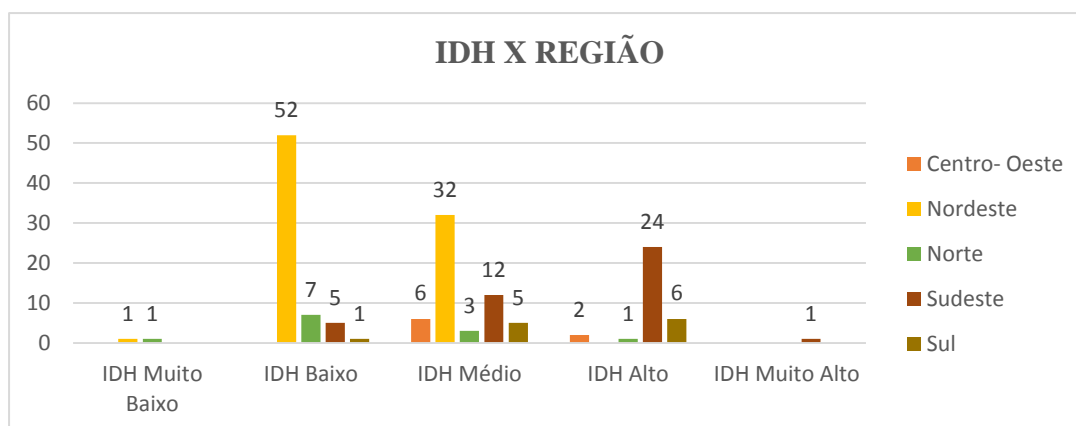
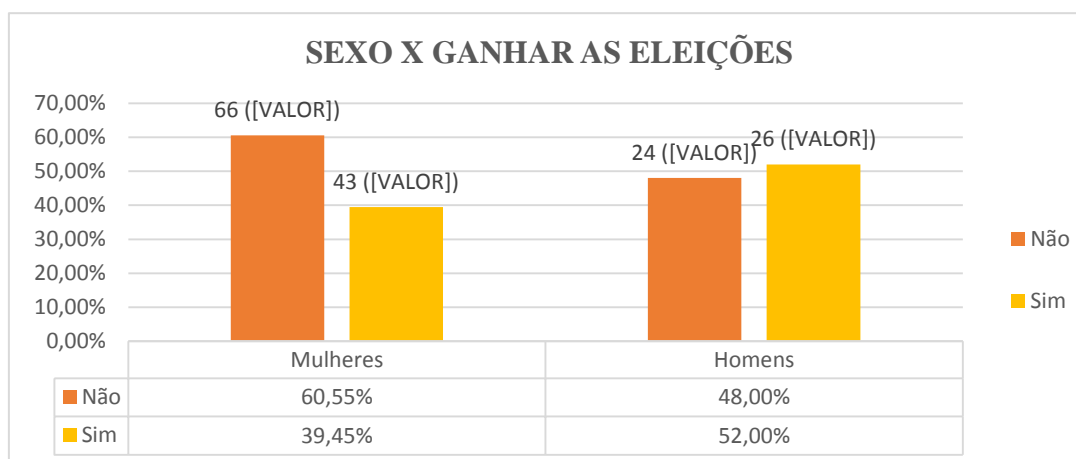


Gráfico 9 - Faixa de IDH X Região. Fonte: próprio autor

Os municípios de IDH extremamente baixo se encontram nas regiões Norte e Nordeste. De forma semelhante, maior parte dos municípios de IDH baixo se concentra na região Nordeste e Norte também, enquanto estão localizados no Sudeste maior parte dos municípios de IDH alto. O único município de IDH muito alto está localizado na região Sul. Não há nenhum município de IDH alto entre os casos registrados no Nordeste. Após esse breve panorama geral sobre os dados, informações é possível trabalhar agora com as hipóteses apresentadas previamente.

### **Hipótese 1 – Sucesso eleitoral de homens e mulheres é diferente**

Cruzando-se a variável sexo pela variável “ganhar ou não a eleição”, a razão entre o número de mulheres que ganhou a eleição sobre o número de mulheres que



entraram como substitutas é menor que a mesma razão calculada para os homens. Das 109 mulheres que concorreram à eleição de 2012 por seus parentes, 66 perderam e 43 ganharam – em relação total de mulheres, isso significa que 39,45% delas ganharam a eleição, enquanto 60,55% perderam. Para os homens, 50 candidatos, 26 ganharam as eleições e 24 perderam – ou seja, 52% dos homens que concorreram ganharam, 48% perderam o pleito.

Gráfico 10 – Sexo x Ganhar as eleições. Fonte: próprio autor

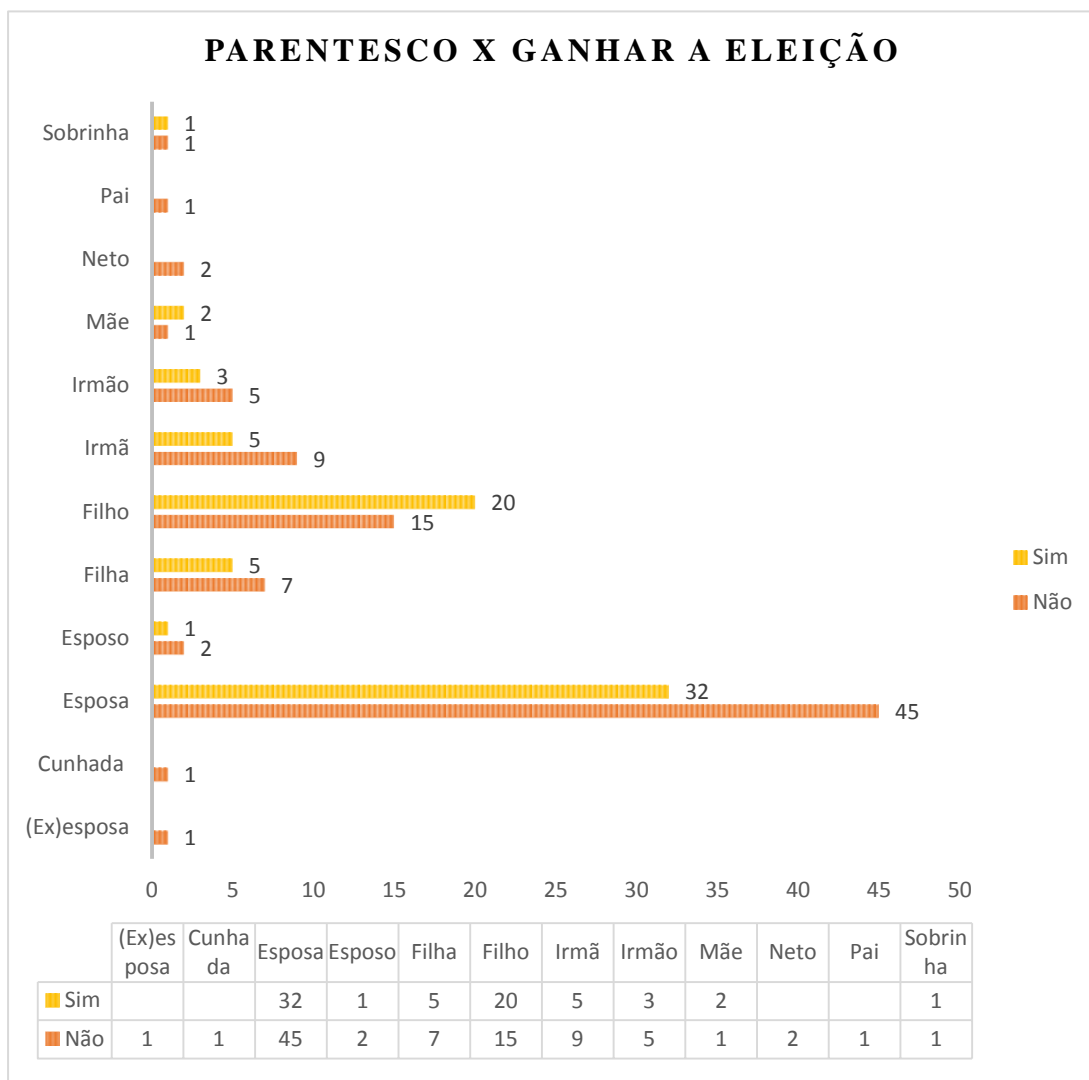
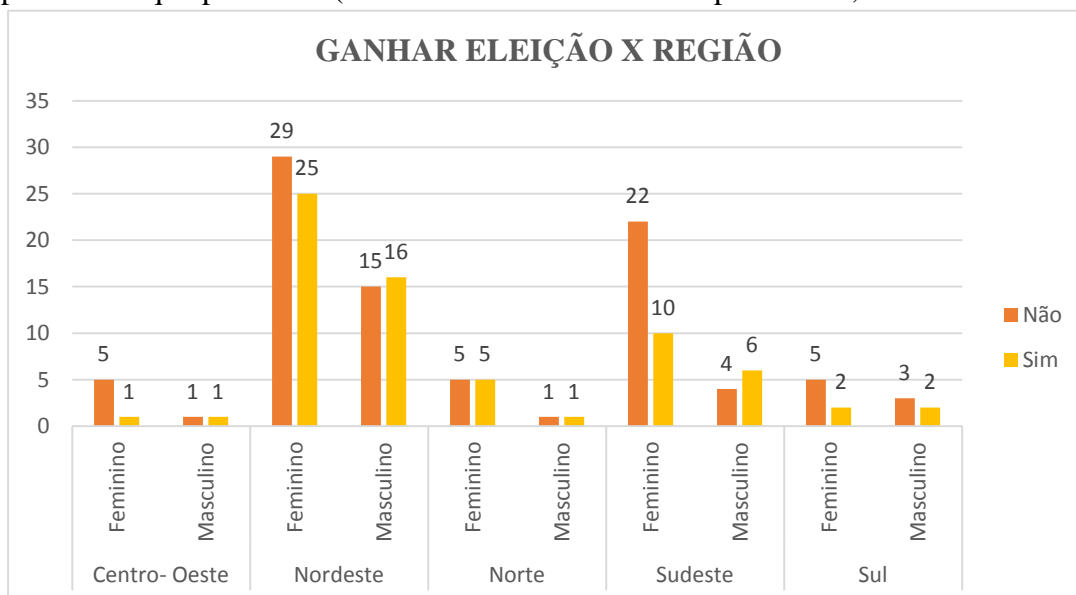


Gráfico 11- Parentesco x Ganhar as eleições. Fonte: próprio autor

Controlando-se o número de pessoas que ganhou pela categoria “parentesco”, das categorias de parentes que mais apareceram quando se investigou as ocorrências de substituição (esposas, filhos e filhas), somente nos casos de filhos e de mães o número de familiares que ganhou a eleição foi maior que o número de familiares de mesmo parentesco que perderam (vinte casos de trinta e cinco para filhos, dois casos de três de



mães). Nos outros casos, nas outras categorias de parentesco, sempre o número de pessoas que perdeu era maior que o número de pessoas que ganhou a eleição. As taxas de sucesso de cada categoria de parente foram, respectivamente: 0% para ex-esposas, cunhadas, netos e pais; 41,5% para esposas; 33,3% para esposos; 41,6% para filhas; 57,1% para filhos; 35,7% para irmã; 37, 5% para irmão; 66,6% para mães e 50% para sobrinhas

Gráfico 12 – Ganhar eleição x região. Fonte: próprio autor

Em nenhuma das regiões houve mais casos de mulheres ganhando as eleições que perdendo. Relativamente falando, o local onde as mulheres obtiveram mais êxito eleitoral foi no Nordeste, enquanto no Sudeste elas mais perderam as eleições.

Partindo-se dos dados sobre profissão dos substitutos-parentes (esses melhor detalhados em tabela no anexo da monografia, anexo 1), pode-se fazer as seguintes observações:

Mulheres com profissões apontadas com favoráveis à construção de carreira política, como a de empresária e de advogada, tiveram por vezes menor sucesso eleitoral que homens de mesmo *background* profissional. Feita a razão entre o número de ganhadores sobre o número total em cada uma dessas profissões em cada sexo, por exemplo, a taxa de sucesso fica em 44,4% para as mulheres empresárias (4 de 9 ganharam) versus 50% (3 de 3 ganharam) para os empresários homens. A exceção das grandes profissões foi o sucesso dos casos em que as mulheres eram médicas.

Maior parte das mulheres que não declararam profissão, que afirmaram como ocupação principal ser dona de casa (11 de 18, ou seja, 61,1%), perderam as eleições – o que faz sentido levando em consideração que donas de casa normalmente não participam de forma muito ativa da vida pública, se possuem algum capital a ser vertido nas eleições é capital familiar e somente esse. Entre as pessoas mais jovens (estagiários, bolsistas, estagiários e associados), que também teriam pouco capital além daquele familiar (não possuem profissão, não possuem muita participação na vida política) que substituíram candidatos originais, todos os três homens obtiveram sucesso, enquanto entre as quatro mulheres a taxa de sucesso foi de 50%.

## **Hipótese 2 – IDH x Sucesso eleitoral**

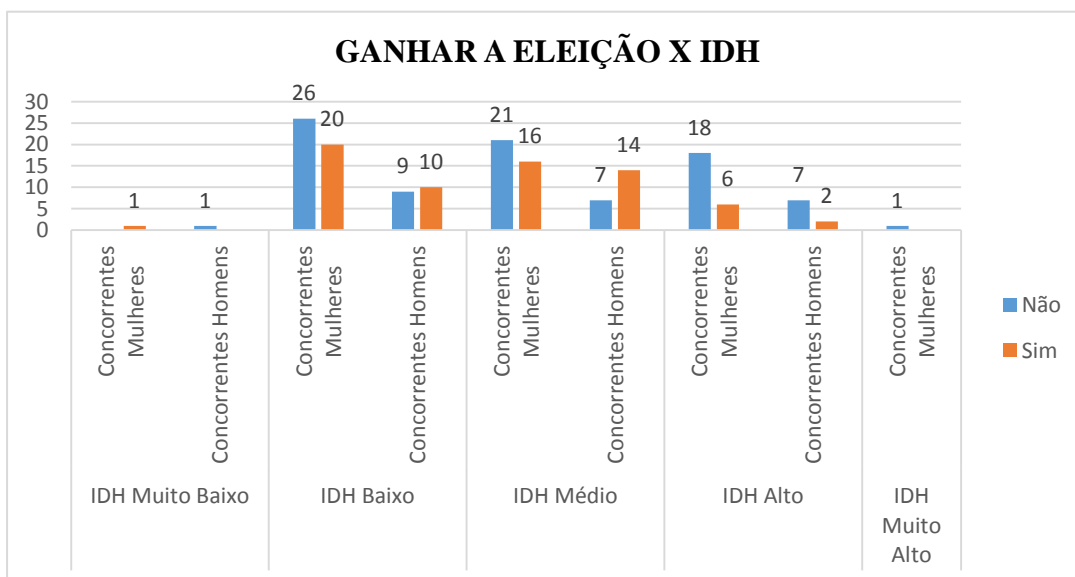


Gráfico 13 – Ganhar a eleição x IDH. Fonte: Próprio autor

Por volta de 43% das mulheres em municípios de IDH baixo e de IDH médio ganharam as eleições, taxa essa que caiu para 25% nos municípios de IDH alto. Esse é um dado que, a princípio, fortalece a hipótese de que mulheres tem mais sucesso eleitoral em locais de IDH mais baixo ao não ser controlado por mais nenhuma outra variável. Interessante também é observar que a taxa de sucesso de homens nos municípios de IDH Baixo/ Médio é maior que 50%, ou seja, o número de casos em que eles ganharam as eleições foi maior que o número onde eles perderam.

### Hipótese 3 – Política Tradicional no Nordeste

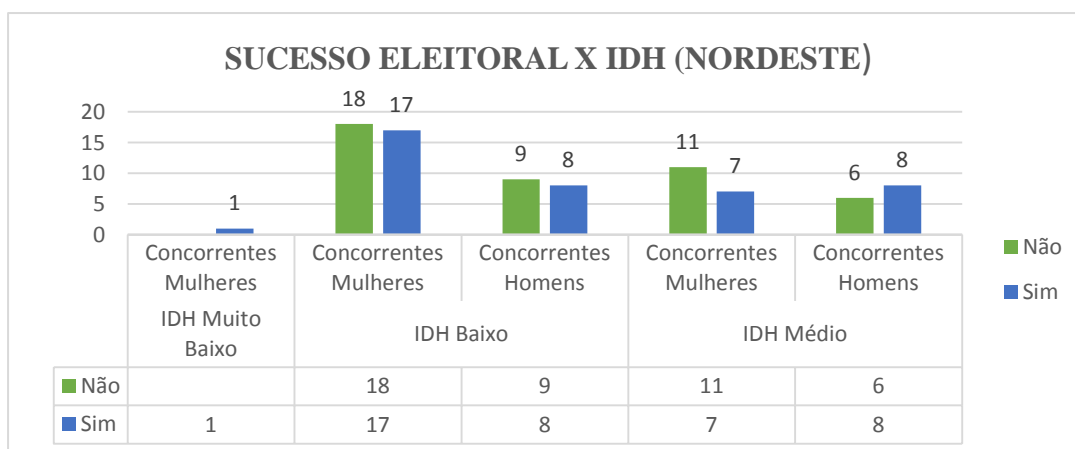
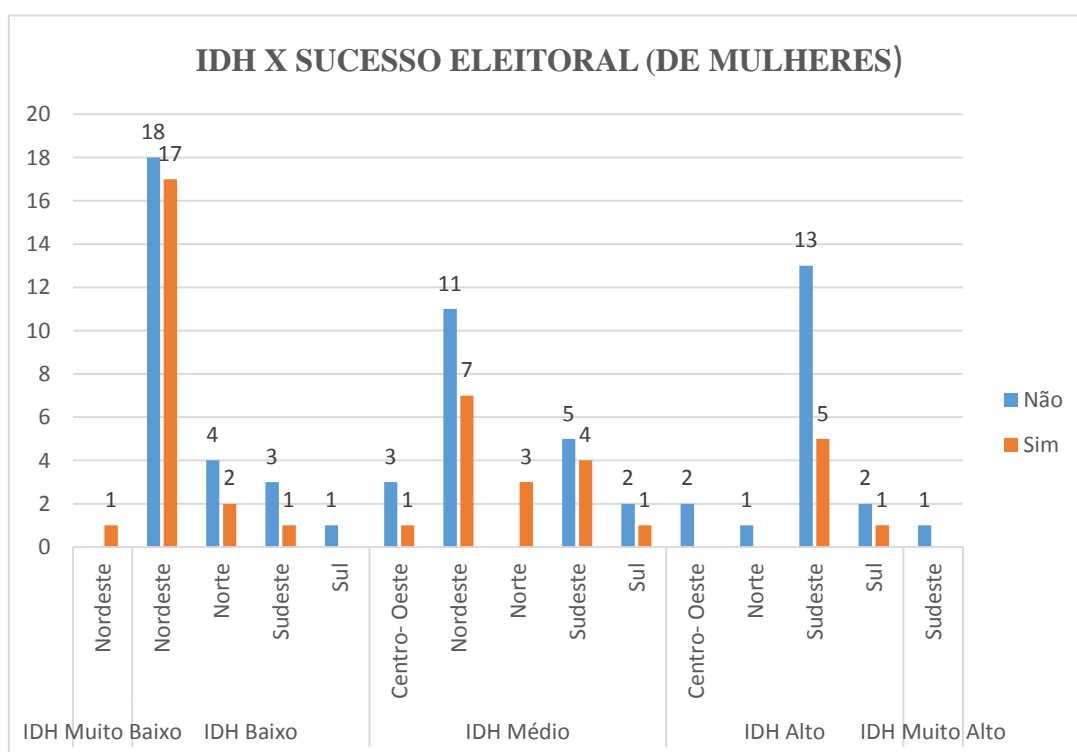


Gráfico 14 – Sucesso eleitoral x IDH (Nordeste). Fonte: próprio autor

Isolando-se somente os casos que ocorreram na região Nordeste, a taxa de mulheres que ganhou a eleição nos municípios de IDH baixo é de aproximadamente 48,5% (17 de 35 casos) - um pouco maior que a média geral observada citada anteriormente. Nos municípios de IDH médio, a taxa gira em torno de 38,8% (7 de 18 casos). O único caso que ocorreu em um município de IDH muito baixo a mulher que concorreu obteve sucesso.

Em relação ao sucesso eleitoral de mulheres de outras regiões associado ao IDH demonstrado no gráfico 15, nos municípios de IDH baixo na região Norte a porcentagem de mulheres que ganhou a eleição foi de 33,3% (2 de 6), no Sudeste de 25% (1 de 4) e no Sul a única mulher que concorreu em município desse tipo perdeu; não houve caso de município de baixo IDH no Centro-Oeste. Em relação aos municípios de IDH médio, no centro oeste a taxa de mulheres substitutas que ganhou foi de 25% (1 de 4), no Norte as três mulheres que concorreram ganharam (100%), no Sudeste a taxa de sucesso 44,4% (4 de 9 casos) e no Sul 33,3% ganhou (1 de 3).

Fazendo a comparação da taxa da região Nordeste com a de outras regiões, nos municípios do Nordeste de IDH baixo a taxa de sucesso eleitoral de mulheres que entraram como substitutas foi maior que a observada em todas de outras regiões. Já nas de IDH mediano, a maior taxa de sucesso eleitoral das mulheres ficou na região Norte, com todas as três candidatas obtendo sucesso, seguido da Sudeste e em terceiro lugar aparece a região Nordeste. Cabe ressaltar que o número de casos observados em cada região é baixo para se fazer grandes inferências, então esse fato será tomado somente como um indicio favorável à teoria.





#### Hipótese 4 – Ocupação de cargos prévios e sucesso eleitoral

Foram pouquíssimas as ocorrências de substitutos que possuíam cargo eletivo anterior às eleições de 2012 e entraram na eleição no lugar de algum familiar – esses casos somam 16 no total. Desses 16, 43,75% (7) ganharam o pleito de 2012. Dos 143 que não possuíam cargo anterior que concorreram como substitutos, 62 ganharam, o que também significou uma taxa de sucesso por volta de 43% por cento. Nesse caso, não se pode afirmar que o sucesso eleitoral foi maior com a ocupação prévia de cargos, mas também cabe observar, novamente, que o número baixo de ocorrência de pessoas com cargos não permite que grandes inferências sejam feitas sobre essa questão.

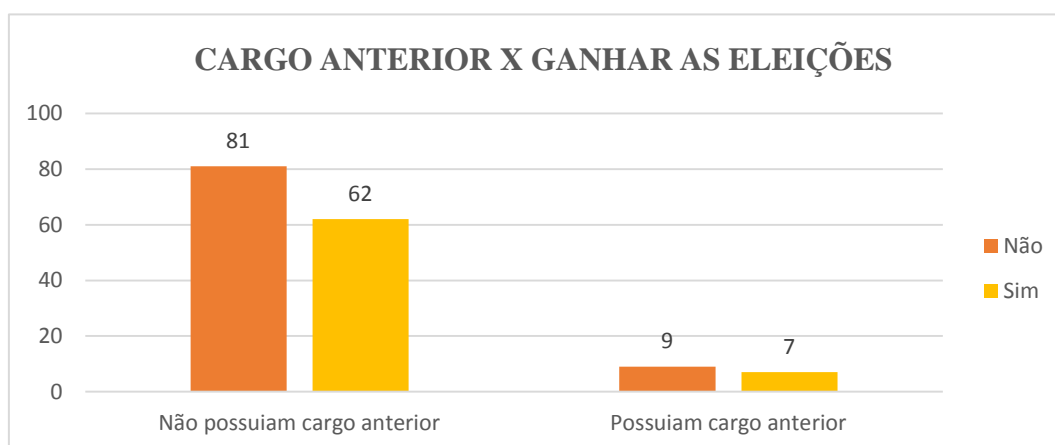


Gráfico 16 – Cargo anterior x Ganhar as eleições. Fonte: próprio autor.

## Conclusão

A análise feita por essa monografia é um estudo exploratório inicial de um fenômeno de caráter extremamente recente. A substituição de candidatos em consequência da adoção da lei da ficha limpa aos poucos vem causando impactos visíveis dentro do contexto da política brasileira, vários candidatos em potencial são retirados da arena eleitoral por más práticas administrativas. No entanto, como observado por esse texto, uma manobra possível para burlar a lei e de alguma forma segurar o poder político é a colocada de parentes como concorrentes na eleição, no lugar de uma candidatura própria.

A taxa de sucesso eleitoral dos concorrentes que entraram como substitutos nas eleições de 2012 foi em média de 43% do total de casos, o que mostra que essa ação de substituição é uma estratégia viável de sobrevivência caso se tenha a candidatura caçada e de alguma forma se queira ter influência política. Analisando o sucesso dos substitutos por região, o maior número de êxitos eleitorais ocorreu em regiões menos desenvolvidas do Brasil – Nordeste e Norte, principalmente. Homens obtiveram mais sucesso eleitoral que as mulheres se considerada a proporção de substitutos por gênero que entrou na corrida eleitoral.

Maior parte dos casos ocorreu em municípios de pequeno porte com até 20 mil habitantes e com IDH considerado baixo (taxa de IDHM entre 0,5 e 0,599). Em termos de região, majoritariamente as substituições observadas nas eleições de 2012 ocorreram

em municípios da região Nordeste, enquanto a região Centro-Oeste concentrou o menor número de casos. Individualmente o Estado que mais concentrou casos foi o de São Paulo – o que pode ser justificado pelo grande número de municípios que esse possui em relação aos outros – seguido pela Bahia.

Esposas foram as parentes que mais substituíram os candidatos originais durante as eleições, ocorreram 77 casos desse tipo, mas não obtiveram o maior sucesso eleitoral – esse foi obtido pelos filhos homens que entraram no lugar dos pais nas eleições. Ainda sobre o perfil dos substitutos em geral, maior parte deles não possuiu cargo eletivo anterior às eleições de 2012, eram novatos na política que estavam buscando se inserir no campo ainda. Como iniciantes no campo, aqueles que ganharam as eleições se beneficiaram da trajetória política dos familiares que substituíram.

Fazendo o teste das quatro hipóteses propostas, pode-se dizer que a primeira foi corroborada, o sucesso eleitoral de homens e mulheres substitutos foi diferente – a tendência é justamente que homens tenham mais êxito. Em relação a região e a porte do município, em nenhum caso se observaram mulheres tendo de maneira geral mais êxito; em relação a profissão, somente em alguns casos mais mulheres que homens ganharam – a exemplo da profissão de médico.

As outras hipóteses são mais difíceis de se produzir conclusões sobre a partir dos dados e da análise que se deu deles. A taxa de êxito eleitoral de mulheres foi mais alta em municípios de IDH mais baixo e há indícios sobre a existência de uma política tradicional brasileira nas regiões de IDH mais baixo. Contudo, esse estudo inicial não é o suficiente para se tirar conclusões sobre esse ponto, é necessária uma análise mais sofisticada que faça um melhor controle dos fatores que podem estar relacionados a taxa de êxito e também que melhor demonstrem a existência da dita política profissional.

Sobre a hipótese de cargos políticos prévios auxiliarem na eleição, a complicação existente é justamente o número baixo de casos em que os substitutos possuíram cargos prévios – a média de sucesso entre aqueles que tinham cargo e não tinham se demonstrou bem próxima nos casos observados.

Tudo que se fez nessa monografia foi uma análise inicial de um fenômeno que pode vir a se repetir em outros pleitos municipais e com o tempo mais dados podem permitir análises feitas com mais profundidade. O estudo dos casos de substituição é uma discussão que se começou a fazer com o texto dessa monografia, mas que não se

pretende encerrar por aqui. É possível analisar o fenômeno da substituição de outras formas além da aqui apresentada e com essa análise inicial pretendeu-se abrir caminho.

## Referências bibliográficas

ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes in five Western democracies*. Princeton, Princeton University Press, 1963.

ARAUJO, S. M. V. G.; SILVA, Rafael Silveira e. Titulares da agenda e carreiras políticas. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília , n. 10, 2013

ARAUJO, C.; ALVES, J. E. D.. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. *Revista Dados*. Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, 2007,

BRAGA, M. S. S.; AMARAL, O. E. Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária: o caso brasileiro. *Rev. Sociol. Polit. Curitiba*, v. 21, n. 46 , 2013.

BRAMBOR, T.; CENEVIVA, R. “Reeleição e Continuismo nos Municípios Brasileiros”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 93, 2012

CAVALCANTE, P. Vale a pena ser um bom prefeito? Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil. *Opin. Publica*, Campinas , v. 21, n. 1, 2015 .

CHEIBUB, J. A.; PRZEWORSKI, A. Democracia, Eleições e Responsabilidade Política. *Rev. bras. Ci. Soc. São Paulo* , v. 12, n. 35, 1997

CODATO, A; CERVI, E. U.; PERISSINOTTO, R. M. Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012. *Cadernos Adenauer*, v. XIV, n. 2, 2013.

COSTA, F. L. Relações estado-sociedade no Brasil: representações para uso de reformadores. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v.52, n.1, 2009.

FLORENTINO, R. Saindo de cena: parlamentares que desistem da disputa eleitoral (1990-2006). *Rev. Sociol. e Polit. Curitiba* , v. 16, n. 30, 2008.

FOX, Richard L.; LAWLESS, Jennifer L.. Entrando na arena?: gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. *Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília* , n. 8, 2012 .

FUKUYAMA, F. O fim da História e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GAXIE, D. As lógicas do recrutamento político. *Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília*, n. 8, 2012 .

HAGOPIAN, F. *Traditional Politics and Regime Change in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

INGLEHART, R. e NORRIS, P. *Rising Tide. Gender Equality and Cultural Change Around the World*; Cambridge University Press, 2003

\_\_\_\_\_ ; WELZEL, C. *Modernization, Cultural Change and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. *Modernization, Cultural Change and Democracy: The Human Development Sequence*. Disponível em: [http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic96263.files/culture\\_democracy.pdf](http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic96263.files/culture_democracy.pdf). Acesso em 6 de outubro de 2015.

JOIGNANT, A.; TORRES J.; PERELLÓ L. Las fuentes del poder político. Fundamentos para una teoría del capital político a partir de evidencia chilena. Paper apresentado no congresso da IPSA / Madrid, 2012.

LOVENDUSKI, J, “Representación política: dinámica de género y partidos” in EDURNE U; ARANTXA E. (Coords.) *Mujeres en política*, Ariel, Madrid, 1997

\_\_\_\_\_ ; NORRIS, P. *Gender and Party Politics*. London: Sage, 1993.

LOPEZ, F. G. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. *Rev. Sociol. e Polit. Curitiba*, n. 22, 2004.

MANSBRIDGE, Jane. "Should blacks represent blacks and woman represent woman? A contingent “yes”". *The Journal of Politics*, v. 61, n.3, 1997.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cad. Pagu**, Campinas , n. 43, 2014 .

MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Rev. Sociol. Polit. Curitiba* , n. 20, 2003

\_\_\_\_\_ ; QUEIROZ, C. M. “Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil”. *Revistas Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, 2006.

\_\_\_\_\_ ; BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. Rev. Estud. Fem. Florianópolis, v. 18, n. 3, 2010

\_\_\_\_\_ ; MARQUES, D.; MACHADO, C. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. Dados, Rio de Janeiro , v. 58, n. 3, 2015 .

MOISES, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo , v. 23, n. 66, 2008 .

PINHEIRO, L. S.. Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PEREIRA, C. & RENNO, L. "O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil". Rev. Econ. Polit, v. 27, n. 4, 2007

PUTNAM, R. D. (1993), Making democracy work: civic traditions in modern Italy. Princeton, Princeton University Press.

ROHDE, D. "Propensão ao risco e ambição progressiva: o caso dos deputados federais nos Estados Unidos". Rev. Bras. Ciênc. Polít. Brasília, n. 8, 2012.

SACCHET, T.; SPECK, B. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. *Opinião Pública*, v. 18, n. 01, 2012

SAMUELS, D. "Ambition and competition: explaining legislative turnover in Brazil". *Legislative Studies Quarterly*, v. 25, n. 3, 2000.

\_\_\_\_\_. "From socialism to social democracy: party organization and transformation of the workers'party in Brazil". *Comparative Political Studies*, v. 37, n. 9, 2004

SPECK, B.W. Apresentação. Cadernos Adenauer XIV, nº 2 - Candidatos, partidos e coligações nas eleições municipais de 2012. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, junho 2013.

SABINO, M. J. C. ; LIMA, P. V. P. S. Igualdade de gênero no exercício do poder. Rev. Estud. Fem., Florianópolis , v. 23, n. 3, 2015

## Anexos

Anexo 1 – tabela de profissões dos candidatos substitutos x se ganharam a eleição

<b>Profissão</b>	<b>Ganhou : Não</b>	<b>Ganhou : Sim</b>	<b>Total de pessoas na profissão</b>
<b>Administrador</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>10</b>
Mulher	3	2	5
Homem	4	1	5
<b>Advogado</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>5</b>
Mulher	2		2
Homem	2	1	3
<b>Agricultor</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>5</b>
Mulher	2		2
Homem	2	1	3
<b>Agrônomo</b>	<b>1</b>		<b>1</b>
Homem	1		1
<b>Almoxarife</b>	<b>1</b>		<b>1</b>
Mulher	1		1
<b>Aposentado</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>4</b>
Mulher	2	2	4
<b>Arquiteto</b>	<b>1</b>		<b>1</b>
Mulher	1		1
<b>Assistente Social</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>
Mulher	2	1	3
<b>Auxiliar de Escritório</b>		<b>1</b>	<b>1</b>

Homem		1	1
<b>Cabeleireiro e Barbeiro</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Mulher		1	1
<b>Comerciante</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>7</b>
Mulher	1	2	3
Homem	2	2	4
<b>Comerciário</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>5</b>
Mulher	2		2
Homem	2	1	3
<b>Contador</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Mulher		1	1
<b>Dona de Casa</b>	<b>11</b>	<b>7</b>	<b>18</b>
Mulher	11	7	18
<b>Economista</b>	<b>1</b>		<b>1</b>
Mulher	1		1
<b>Empresário</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>15</b>
Mulher	5	4	9
Homem	3	3	6
<b>Enfermeiro</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Mulher		1	1
<b>Engenheiro</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>4</b>
Homem	2	2	4
<b>Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>7</b>
Mulher	2	2	4
Homem		3	3
<b>Farmacêutico</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
Mulher	1	1	2
<b>Fisioterapeuta</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
Mulher	1	1	2
<b>Fonoaudiólogo</b>	<b>1</b>		<b>1</b>
Mulher	1		1
<b>Gerente</b>		<b>2</b>	<b>2</b>
Mulher		1	1
Homem		1	1
<b>Médico</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>6</b>
Mulher	1	3	4
Homem	2		2
<b>Motorista de Veículos de Transporte e Carga</b>	<b>1</b>		<b>1</b>
Homem	1		1
<b>Ocupante de Cargo em Comissão</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Homem		1	1
<b>Odontólogo</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>6</b>
Mulher	2	1	3



Homem	1	2	3
<b>Outros</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>8</b>
Mulher	5	3	8
<b>Pecuarista</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>
Mulher	2	1	3
<b>Pedagogo</b>	<b>2</b>		<b>2</b>
Mulher	2		2
<b>Professor de Nível Fundamental</b>	<b>4</b>		<b>4</b>
Mulher	4		4
<b>Professor de Nível Médio</b>	<b>2</b>		<b>2</b>
Mulher	2		2
<b>Professor de Nível Superior</b>	<b>1</b>		<b>1</b>
Mulher	1		1
<b>Químico</b>	<b>1</b>		<b>1</b>
Mulher	1		1
<b>Recepcionista</b>	<b>1</b>		<b>1</b>
Mulher	1		1
<b>Representante Comercial</b>	<b>1</b>		<b>1</b>
Mulher	1		1
<b>Servidor Público (Aposentado)</b>	<b>2</b>		<b>2</b>
Mulher	2		2
<b>Servidor Público (Estadual)</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>5</b>
Mulher	2	3	5
<b>Servidor Público (Municipal)</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>5</b>
Mulher	2	1	3
Homem	1	1	2
<b>Servidor Público (Aposentado)</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Mulher		1	1
<b>Técnico Contabilidade, Estatística, Economia Doméstica e Administração</b>		<b>2</b>	<b>2</b>
Mulher		2	2
<b>Terapeuta</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Homem		1	1
<b>Vereador</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
Mulher		1	1
Homem	1	2	3
<b>Veterinário</b>		<b>3</b>	<b>3</b>
Mulher		1	1
Homem		2	2
<b>Zootecnista</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
Homem		1	1
<b>Total Geral</b>	<b>90</b>	<b>69</b>	<b>159</b>

